

Uadi Lammêgo Bulos

Professor de Direito Constitucional.
Doutor e Mestre em Direito do Estado (PUC-SP).
Presidente da Sociedade Brasileira de Direito Constitucional (SBDC).

Curso
de direito
Constitucional

14ª edição
revista e atualizada até a
Emenda Constitucional n. 108, de 26-8-2020



Av. Paulista, 901, 3º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP: 01311-100

SAC | sac.sets@somoseduacao.com.br

Diretoria executiva Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial Renata Pascual Müller
Gerência de projetos e produção editorial Fernando Penteado

Planejamento Josiane de Araujo Rodrigues

Novos projetos Sérgio Lopes de Carvalho
Dalila Costa de Oliveira

Edição Isabella Sánchez de Souza (coord.)
Iris Ferrão

Produção editorial Daniele Debora de Souza (coord.)
Verônica Pivisan Reis

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Camilla Felix Cianelli Chaves
Claudirene de Moura Santos Silva
Deborah Mattos
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa

Projetos e serviços editoriais Daniela Maria Chaves Carvalho
Kelli Priscila Pinto
Laura Paraiso Buldrini Filogônio
Marília Cordeiro
Nicolcy Wasconcelos Razuk

Diagramação Nelson Mitsuhashi

Revisão Viviane Oshima

Capa IDÉE arte e comunicação

Produção gráfica Mari Rampim

Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento EGB Editora Gráfica Bernardi Ltda.

**DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
DE ACORDO COM ISBD**

ELABORADO POR VAGNER RODOLFO DA SILVA - CRB-8/9410

B939c Bulos, Uadi Lammêgo

Curso de direito constitucional / Uadi Lammêgo Bulos. – 14. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2021. 1752 p.

ISBN 978-65-5559-576-5

1. Direito. 2. Direito constitucional. I. Título.

2021-39

CDD 342
CDU 342

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito constitucional 342

Data de fechamento da edição: 21-1-2021

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 606935 CAE 754529

SUMÁRIO

Obras do autor	5
Abreviaturas e siglas.....	11
Novidades da 14ª edição.....	49
Como estudar Direito Constitucional	51
Capítulo 1 DIREITO CONSTITUCIONAL	
1. A terminologia <i>Direito Constitucional</i>	55
2. Noção de Direito Constitucional.....	56
3. Objeto do Direito Constitucional.....	57
4. Conteúdo do Direito Constitucional.....	58
4.1. Direito Constitucional Positivo.....	59
4.2. Direito Constitucional Comparado	59
4.3. Direito Constitucional geral	60
4.4. Direito Constitucional material e formal	60
4.5. Direito Constitucional Internacional	62
4.6. Direito Constitucional Comunitário	62
Capítulo 2 — CONSTITUCIONALISMO	
1. Constitucionalismo: palavra recente numa ideia remota.....	64
2. Sentidos do constitucionalismo	64
2.1. Constitucionalismo em sentido amplo.....	64
2.2. Constitucionalismo em sentido estrito.....	65
3. Constitucionalismo e estabelecimento de regimes constitucionais.....	66
4. Evolução do constitucionalismo.....	66
4.1. Constitucionalismo primitivo	66
4.2. Constitucionalismo antigo.....	68
4.3. Constitucionalismo medieval.....	69
4.4. Constitucionalismo moderno	71
4.5. Constitucionalismo contemporâneo	76
4.5.1. Neoconstitucionalismo	79
a) O que é neoconstitucionalismo.....	80
b) Origem do neoconstitucionalismo.....	80
c) Características do neoconstitucionalismo.....	80
d) Aceções do termo “neoconstitucionalismo”	81
d.1) Neoconstitucionalismo como modelo axiológico de constituição normativa..	81
d.2) Neoconstitucionalismo como modelo de Estado de Direito, implantado com base em determinada forma de organização política.....	81
d.3) Neoconstitucionalismo como conjunto de ideias hauridas de uma “nova” Teoria do Direito.....	82
d.3.1) Neoconstitucionalismo em face das teses pós-positivistas	82
d.3.2) Neoconstitucionalismo em face da tese do <i>soft positivism</i>	83
d.3.3) Neoconstitucionalismo em face da tese do positivismo inclusivo e suas variantes	83
d.3.4) Neoconstitucionalismo como ponto de confluência entre o positivismo, o jusnaturalismo e o realismo jurídico.....	84
d.3.5) Neoconstitucionalismo em face da tese do moralismo jurídico.....	85

d.4) Neoconstitucionalismo como marco histórico, filosófico e teórico	86
e) Crítica ao neoconstitucionalismo.....	86
f) Neoconstitucionalismo em seu devido lugar	89
4.5.2. Transconstitucionalismo	90
a) O que é transconstitucionalismo.....	90
b) Cronologia do transconstitucionalismo.....	91
c) Transconstitucionalismo <i>stricto sensu</i>	92
c.1) Características do transconstitucionalismo <i>stricto sensu</i>	93
d) Transconstitucionalismo <i>lato sensu</i>	93
d.1) Características do transconstitucionalismo <i>lato sensu</i>	94
e) Como o transconstitucionalismo pode se apresentar.....	94
f) Transconstitucionalismo na jurisprudência do STF.....	95
f.1) Diálogo transconstitucional do STF com outras Cortes de Justiça.....	96
4.6. Constitucionalismo do porvir.....	97

Capítulo 3 — CONSTITUIÇÃO

1. Teoria da Constituição.....	99
2. Noção de constituição	100
3. Constituição e carta constitucional	101
4. Grafia da palavra <i>constituição</i>	102
5. Sentidos tradicionais de constituição	102
5.1. Constituição sociológica	103
5.2. Constituição jurídica	103
5.3. Constituição política	104
6. Outros sentidos de constituição.....	104
6.1. Constituição jusnaturalista.....	104
6.2. Constituição positivista.....	104
6.3. Constituição marxista.....	105
6.4. Constituição institucionalista.....	105
6.5. Constituição culturalista	105
6.6. Constituição estruturalista	105
6.7. Constituição biomédica.....	105
6.8. Constituição compromissória	106
6.9. Constituição suave.....	106
6.10. Constituição em branco.....	107
6.11. Constituição plástica.....	107
6.12. Constituição empresarial	108
6.13. Constituição oral.....	108
6.14. Constituição instrumental	108
6.15. Constituição como estatuto do poder	109
7. Sentidos contemporâneos de constituição.....	109
7.1. Constituição como ordem material e aberta da comunidade.....	109
7.2. Constituição dirigente	109
7.3. Constituição como instrumento de realização da atividade estatal.....	110
7.4. Constituições subconstitucionais ou subconstituições.....	110
7.5. Constituição como documento regulador do sistema político.....	111
7.6. Constituição como processo público.....	111
7.7. Constituição como meio de resolução de conflitos.....	112
7.8. Constituição como garantia do <i>status</i> econômico e social.....	112
7.9. Constituição.com (<i>crowdsourcing</i>)	112
8. Classificação das constituições	113
8.1. Quanto à origem: históricas, democráticas, outorgadas, pactuadas, cesaristas	114
8.2. Quanto à essência: normativas, semânticas e nominais.....	115

8.3. Quanto à sistematização: unitárias e variadas	115
8.4. Quanto à ideologia: ortodoxas e ecléticas	116
8.5. Quanto à extensão: sintéticas e analíticas	116
8.6. Quanto ao conteúdo: materiais e formais.....	116
8.7. Quanto à forma: escritas e não escritas.....	117
8.8. Quanto ao processo de mudança: rígidas, flexíveis, transitivamente flexíveis, semirrígidas, fixas e imutáveis.....	118
9. Classificação da Constituição brasileira.....	120
9.1. Quanto à origem: democrática.....	120
9.2. Quanto à essência: nominal.....	120
9.3. Quanto à sistematização: unitária	120
9.4. Quanto à ideologia: eclética	120
9.5. Quanto à extensão: analítica	120
9.6. Quanto ao conteúdo: formal	121
9.7. Quanto à forma: escrita	121
9.8. Quanto ao processo de mudança: rígida.....	121
10. Elementos mínimo-irreduzíveis das constituições.....	122
11. Heteroconstituições	124

Capítulo 4 — RIGIDEZ E SUPREMACIA DAS CONSTITUIÇÕES

1. Princípio da rigidez constitucional.....	126
1.1. Graus da rigidez constitucional.....	126
a) Grau máximo: constituições super-rígidas.....	126
b) Grau médio: constituições rígidas.....	126
c) Grau mínimo: constituições pouco rígidas.....	127
2. Princípio da supremacia constitucional.....	128
2.1. Princípio da supremacia na jurisprudência do STF	129
2.2. Reflexos da supremacia constitucional na ordem jurídica.....	130
2.3. Supremacia formal da constituição	131
2.4. Supremacia material da constituição	131
3. Supremacia constitucional e força normativa da constituição.....	132
4. Derrotabilidade de normas constitucionais	133
5. Exortação ao dever de obediência à supremacia constitucional.....	136

Capítulo 5 — INCONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS

1. Noção de constitucionalidade e inconstitucionalidade	138
2. Inconstitucionalidade e ilegalidade	140
3. Inconstitucionalidade das leis e atos normativos	140
3.1. Requisitos formais (procedimentais ou instrumentais)	141
a) Requisitos formais subjetivos	141
b) Requisitos formais objetivos	141
3.2. Requisitos materiais (substanciais ou de conteúdo).....	142
4. Diferentes tipos de inconstitucionalidade.....	143
4.1. Inconstitucionalidade formal (instrumental ou extrínseca).....	143
4.2. Inconstitucionalidade material (substancial ou intrínseca).....	145
4.3. Inconstitucionalidade por ação e por omissão	150
4.4. Inconstitucionalidade total e parcial.....	153
4.5. Inconstitucionalidade direta e indireta.....	156
4.6. Inconstitucionalidade antecedente e consequente	158
4.7. Inconstitucionalidade causal	159
4.8. Inconstitucionalidade presente e pretérita	159
4.9. Inconstitucionalidade originária e superveniente.....	160
4.10. Inconstitucionalidade progressiva: a lei ainda constitucional e as situações constitucionais imperfeitas.....	163

5. Lei anterior incompatível com a Carta Magna: revogação	165
6. Inconstitucionalidade dos atos públicos e privados	166
7. Sanção de inconstitucionalidade	167
7.1. Regime da sanção de nulidade	168
7.2. Regime da sanção de anulabilidade	169
8. Recusa dos particulares a cumprir leis inconstitucionais	170
8.1. Direito de resistência e desobediência civil dos particulares	171
9. Recusa dos Poderes Públicos a cumprir leis inconstitucionais	175
10. Bloco de constitucionalidade (ou parâmetro constitucional)	179

Capítulo 6 - CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

1. Noção de controle de constitucionalidade	186
1.1. A <i>graphé paranomôn</i>	186
2. Fundamentos do controle de constitucionalidade	187
3. Todo ato inconstitucional é suscetível de controle?	188
4. Espécies do controle de constitucionalidade	190
4.1. Controles quanto ao órgão fiscalizador	190
a) Controle político	191
b) Controle jurisdicional (judiciário ou jurídico)	191
c) Controle misto (ecclético ou híbrido)	192
4.2. Controles quanto ao momento da fiscalização	192
a) Controle preventivo	192
b) Controle repressivo	192
5. Sistemas de controle da constitucionalidade	192
a) Sistema americano de controle da constitucionalidade	193
b) Sistema austríaco de controle da constitucionalidade	195
6. Modelos de controle da constitucionalidade no Direito Comparado	197
6.1. Portugal	197
6.2. França	197
6.3. Alemanha	198
6.4. Espanha	199
6.5. Itália	199
7. Modelo brasileiro de controle da constitucionalidade	200
7.1. Evolução do modelo brasileiro do controle de constitucionalidade	201
a) Constituição de 1824	201
b) Constituição de 1891	201
c) Constituição de 1934	202
d) Constituição de 1937	202
e) Constituição de 1946	203
f) Constituição de 1967 (EC n. 1/69)	203
g) Constituição de 1988	204
8. Controle jurisdicional de constitucionalidade	204
8.1. Vias jurisdicionais de declaração da inconstitucionalidade	204
8.1.1. Controle difuso da constitucionalidade	205
8.1.2. Controle difuso em sede de ação civil pública: possibilidade	207
8.1.3. Matérias afetas ao controle difuso	208
a) Lei ou ato normativo municipal em face das cartas estaduais	208
b) Lei ou ato normativo municipal em face da Carta Federal	210
c) Leis ou atos normativos distritais	210
d) Espécies normativas (CF, art. 59)	211
d.1) Emendas constitucionais	211
d.2) Medidas provisórias	212
e) Tratados internacionais	213
Leis estrangeiras inconstitucionais	213

g) Atos normativos privados.....	215
8.1.4. Matérias alheias ao controle difuso	215
a) Leis ou atos normativos revogados (anteriores à CF).....	215
b) Normas constitucionais originárias	215
c) Ato inconstitucional com efeitos <i>erga omnes</i>	215
d) Crises de legalidade.....	216
e) Leis e atos de efeitos concretos	216
f) Súmulas (inclusive as súmulas vinculantes)	216
g) Ementas de leis diversas de seu conteúdo	216
h) Respostas do Tribunal Superior Eleitoral.....	216
i) Convenções coletivas de trabalho.....	216
j) Normas regimentais do processo legislativo.....	216
k) Resoluções do CNJ e do CNMP	216
8.1.5. Controle difuso do processo legislativo	217
a) Controle difuso durante o trâmite do processo legislativo	218
b) Controle difuso de normas regimentais: impossibilidade.....	219
c) Controle difuso das propostas de emendas à constituição (PECs)	223
8.1.6. Senado Federal no controle difuso (CF, art. 52, X)	225
a) Campo de aplicação do art. 52, X, da Constituição brasileira.....	225
b) Suspensão da executividade do ato inconstitucional.....	226
c) Abrangência da resolução senatorial: a terminologia “no todo ou em parte”	
d) Impossibilidade de o Senado alterar a resolução por ele editada	228
e) Efeitos da resolução senatorial.....	228
f) O Senado não está obrigado a suspender o ato inconstitucional.....	228
g) O art. 52, X, da Carta Magna sofreu mutação constitucional?	
8.2. Controle concentrado da constitucionalidade	235
8.2.1. Controle concentrado em sede de ação civil pública: impossibilidade	236
8.2.2. Controle concentrado do processo legislativo: impossibilidade.....	236
8.2.3. Supremo Tribunal Federal no controle concentrado.....	237
8.2.4. Mecanismos do controle concentrado da constitucionalidade	238
8.2.5. Ação direta de inconstitucionalidade interventiva	239
a) Noção.....	240
b) Natureza jurídica	242
c) Particularidades do instituto	242
d) Finalidade.....	243
e) Objeto.....	243
f) Competência	245
g) Ação interventiva no plano estadual.....	245
h) Legitimidade	246
i) Partes.....	246
j) Lei n. 12.562/2011: processo e julgamento.....	247
k) Medida cautelar.....	250
l) Embargos infringentes.....	251
m) Sentença e julgamento	252
n) Efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal	253
8.2.6. Ação direta de inconstitucionalidade genérica.....	253
a) Noção.....	254
b) Natureza jurídica	254
c) Finalidade.....	256
d) Competência	257
e) Leis e atos normativos.....	258
f) Matérias que constituem objeto da ação direta genérica	258
f.1) Leis ou atos normativos estaduais.....	259
f.2) Leis ou atos normativos distritais	260

f.3) Decretos autônomos e atos regulamentares	261
f.4) Princípio da razoabilidade	263
f.5) Decisões normativas dos tribunais	263
f.6) Espécies normativas	264
f.7) Emendas constitucionais	264
f.8) Medidas provisórias	269
f.9) Tratados internacionais	271
f.10) Resoluções do CNJ e do CNMP	273
f.11) Leis de diretrizes orçamentárias	273
g) Matérias que não constituem objeto da ação direta genérica	273
g.1) Lei ou ato normativo municipal em face da Carta Federal	274
g.2) Leis ou atos normativos revogados (anteriores à CF)	274
g.3) Atos normativos privados	275
g.4) Crises de legalidade	275
g.5) Leis e atos de efeitos concretos	276
g.6) Súmulas	277
g.7) Ementas de leis diversas de seu conteúdo	277
g.8) Respostas do Tribunal Superior Eleitoral	277
g.9) Normas constitucionais originárias	277
g.10) Convenções coletivas de trabalho	279
g.11) Inconstitucionalidade reflexa	279
g.12) Leis estrangeiras inconstitucionais	279
g.13) Propostas legislativas ou projetos de leis	279
h) Legitimidade	279
h.1) Legitimidade ativa	280
h.2) Legitimidade passiva	289
i) Advogado-Geral da União: o curador da constitucionalidade	289
j) Procurador-Geral da República: o fiscal da lei	291
k) Procedimento	292
l) Petição inicial	292
m) Procuração	293
n) Prazo para pedido de informações	294
o) Requisição de informações adicionais	294
p) Litisconsórcio	295
q) <i>Amicus curiae</i> (Lei n. 9.869/99, art. 7º, § 2º)	295
r) Impossibilidade de intervenção de terceiros	300
s) Impossibilidade de oposição	300
t) Impossibilidade de desistência	301
u) Arguição de suspeição e impedimento	301
v) Prescrição e decadência	301
w) Tramitação paralela de ações diretas no Tribunal local e no STF	302
x) Medida cautelar	302
y) Decisão final	307
y.1) Coisa julgada na ação direta de inconstitucionalidade genérica	307
y.2) Ação rescisória nas ações diretas e coisa julgada inconstitucional	309
z) Reclamação	313
8.2.7. Ação declaratória de constitucionalidade	316
a) Noção	317
b) Natureza jurídica	317
c) Finalidade	317
d) Competência	318
e) Características	318
f) Objeto	318

g) Legitimidade	319
h) Manifestação do Procurador-Geral da República	320
i) Processo e julgamento	321
j) Medida cautelar	322
k) Decisão final	323
k.1) Efeitos da decisão final	323
k.2) Coisa julgada na ação declaratória de constitucionalidade	325
l) Reclamação	327
8.2.8. Arguição de descumprimento de preceito fundamental	327
a) Noção	328
b) Finalidade	328
c) Natureza jurídica	329
d) Cabimento	330
d.1) Atos que comportam ADPF	330
d.2) Atos que não comportam ADPF	331
e) Subsidiariedade: inexistência de outro meio idôneo	332
f) Que é preceito fundamental?	334
g) Advento da Lei n. 9.882/99	335
h) Competência	336
i) Espécies de arguição: preventiva, repressiva, autônoma e incidental	336
j) É inconstitucional o parágrafo único, I, do art. 1º da Lei n. 9.882/99?	337
k) ADPF nas Constituições estaduais: possibilidade	338
l) Legitimidade ativa	338
m) Legitimidade passiva	339
n) Pertinência temática	339
o) Procedimento	339
p) Medida cautelar	339
q) Participação do Ministério Público	340
r) Decisão	340
8.2.9. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão	341
a) Noção	342
b) Previsão constitucional	342
c) Previsão infraconstitucional	342
d) Finalidade	342
e) Cabimento	342
f) Competência	344
g) Ação por omissão nas Cartas estaduais	344
h) Legitimidade ativa e pertinência temática	344
i) Legitimidade passiva	344
j) Procedimento	345
k) Prazo	345
l) Medida cautelar	346
m) Decisão do STF que declara a omissão inconstitucional	346
8.3. Efeitos da declaração de inconstitucionalidade	347
8.3.1. Efeitos da declaração de inconstitucionalidade no controle difuso	348
a) Teoria da transcendência dos motivos determinantes no controle difuso	349
8.3.2. Efeitos da declaração de inconstitucionalidade no controle concentrado	351
9. Fórmulas de preclusão e efeitos da decisão nos planos normativo e dos atos singulares	364
10. Princípios jurisprudenciais regentes do controle concentrado	365
a) Princípio da não incidência do efeito vinculante aos atos do Poder Legislativo	366
b) Princípio da modulação temporal dos efeitos do controle concentrado de normas	367
c) Princípio da transcendência dos motivos determinantes	368
d) Princípio da expansão da sentença declaratória de inconstitucionalidade	369

o) Princípio da proibição ao atalhamento constitucional	370
f) Princípio da parcelaridade.....	370
g) Princípio da interpretação conforme a constituição como técnica de controle concentrado de normas	371
h) Princípio da declaração de inconstitucionalidade parcial sem redução do texto	371
i) Princípio da declaração de inconstitucionalidade sem a pronúncia da nulidade.....	373
j) Princípio da declaração de inconstitucionalidade da norma ainda constitucional, mas em trânsito para a inconstitucionalidade	373
k) Princípio do apelo ao legislador	374
l) Princípio da reserva do impossível.....	374
m) Princípio da reserva do possível.....	377
m.1) Reserva do possível e a Teoria do direito de ter direitos.....	379
11. Controle de constitucionalidade por elevação da causa	381
12. Incidente de arguição de inconstitucionalidade.....	383
13. Cláusula de reserva de plenário (CF, art.97; CPC de 2015, arts. 948 a 950)	386
14. Controle preventivo de constitucionalidade.....	389
14.1. Colocação da matéria.....	389
14.2. Controle preventivo realizado pelas Comissões de Constituição e Justiça	390
14.3. Controle preventivo realizado pelo Chefe do Poder Executivo (vero jurídico)	391
15. Controle repressivo de constitucionalidade	391
15.1. Colocação da matéria.....	391
15.2. A regra é o Judiciário realizar o controle repressivo de constitucionalidade.....	391
15.3. Casos excepcionais em que o controle repressivo é realizado pelo Legislativo.....	392
15.3.1. Poder congressional de sustar atos normativos do Executivo (CF, art. 49, V)	392
15.3.2. Apreciação congressional de medidas provisórias (CF, art. 62, §§ 3º, 5º e 10)	393
Capítulo 7 — PODER CONSTITUINTE	
1. Significado.....	394
2. Concepção clássica: a teoria de Emmanuel Joseph Sieyès	395
3. Formas de manifestação.....	398
4. Existe um poder constituinte “municipal”?	399
5. Etapa de criação constitucional: o poder constituinte originário	400
5.1. Natureza.....	400
5.2. Características.....	401
5.3. Espécies.....	402
a) Poder constituinte formal	402
b) Poder constituinte material.....	402
c) Poder constituinte revolucionário	402
5.4. Titularidade.....	403
5.5. Exercício.....	404
5.6. Limites extrajurídicos	405
5.6.1. Limites ideológicos.....	406
5.6.2. Limites institucionais.....	407
5.6.3. Limites substanciais (transcendentes, imanes e heterônomos)	407
6. Etapa de reforma constitucional: o poder constituinte derivado.....	408
6.1. Natureza.....	408
6.2. Características.....	409
6.3. Espécies.....	409
6.4. Titularidade e exercício.....	410
6.5. Emenda e revisão: espécies do gênero “reforma constitucional”	410
6.6. Regime jurídico do poder constituinte derivado.....	411
6.7. Limites do poder reformador	411
6.8. Limites expressos	412
6.8.1. Limites formais.....	412

6.8.2. Limites circunstanciais	113
6.8.3. Limites materiais	114
a) Cláusulas pétreas	11
b) Extensão das cláusulas pétreas	17
c) As cláusulas pétreas podem ser reformuladas?	19
d) Eficácia das cláusulas pétreas	21
6.9. Limites implícitos	21
6.9.1. Limites implícitos aos direitos e garantias fundamentais	22
6.9.2. Limites implícitos à titularidade do poder constituinte originário	22
6.9.3. Limites implícitos à titularidade do poder reformador	22
6.9.4. Limites implícitos ao processo legislativo especial de reforma	22
7. Etapa de criação e reforma das cartas estaduais: o poder constituinte decorrente	23
7.1. Natureza	23
7.2. Características	24
7.3. Espécies	24
a) Poder constituinte decorrente institucionalizador	24
b) Poder constituinte decorrente reformador	26
7.4. Titularidade e exercício	26
7.5. Regime jurídico do poder constituinte decorrente	28
7.6. Limites	28
7.6.1. Limites autônomos	29
a) Princípios constitucionais sensíveis (ou enumerados)	30
b) Princípios constitucionais organizatórios (ou estabelecidos)	30
c) Princípios constitucionais extensíveis	32
7.6.2. Limites heterônomos	33
8. Etapa da mutação constitucional: o poder constituinte difuso	34
8.1. Natureza	34
8.2. Características	34
8.3. Manifestação	35
8.4. Mutações constitucionais	35
8.4.1. Terminologia	36
8.4.2. Como se apresentam	36
8.4.3. Categorias	37
8.4.4. Rigidez e mutabilidade	38
8.4.5. Limites das mutações constitucionais	39
8.5. Mutações inconstitucionais	39
8.6. Manipulações constitucionais	40
8.7. Manipulações inconstitucionais	41
8.8. Ativismo judicial: perigoso veículo de fraude à Constituição	42
9. Etapa da criação e reforma das constituições supranacionais: o poder constituinte transnacional	44
Capítulo 8 – INTERPRETAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO	
1. O que é interpretar a Constituição	
2. A interpretação constitucional é indispensável	
3. A quem compete interpretar a Constituição?	
4. Inexiste interpretação “especificamente” constitucional	
5. Teoria da argumentação na exegese constitucional	
6. Não há receita pronta e acabada para interpretar a Constituição	
7. Métodos de interpretação constitucional	
7.1. Métodos clássicos de interpretação constitucional	
7.1.1. Os problemas jurídicos sob a lente da Constituição	
Métodos modernos de interpretação constitucional	
8. Princípios de interpretação constitucional	
Princípio da unidade da Constituição	

b) Princípio da correção funcional.....	
c) Princípio da concordância prática (ou da harmonização)	
d) Princípio da eficácia integradora (ou do efeito integrador)	
e) Princípio da força normativa da constituição	
f) Princípio da máxima efetividade.....	461
g) Princípio da razoabilidade (ou da proporcionalidade)	461
h) Princípio da conformidade (ou da justeza constitucional)	461
9. Técnicas de interpretação constitucional	463
a) Técnica da ponderação de valores (ou interesses).....	463
b) Técnica da otimização de princípios.....	467
c) Técnica da filtragem constitucional.....	467
10. Postulado do legislador racional.....	468
11. Síndrome da interpretação retrospectiva das constituições.....	469
12. Interpretação inconstitucional de leis “constitucionais”	469
13. Interpretação constitucional de leis “inconstitucionais”	470
14. Interpretação conforme a Constituição.....	470
a) Interpretação conforme com redução do texto.....	474
b) Interpretação conforme sem redução do texto.....	474

Capítulo 9 — APLICABILIDADE E EFICÁCIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS

1. Aplicabilidade constitucional.....	476
2. Eficácia constitucional.....	476
3. Eficácia normativa das constituições	477
4. Eficácia social das constituições	478
5. Classificação da aplicabilidade e eficácia das normas constitucionais.....	478
a) Normas constitucionais de eficácia absoluta e aplicabilidade imediata.....	479
b) Normas constitucionais de eficácia plena e aplicabilidade imediata	480
c) Normas constitucionais de eficácia contida e aplicabilidade imediata.....	481
c.1) Enquadramento eficaz do art. 5º, § 1º, da Carta de 1988	482
d) Normas constitucionais de eficácia limitada e aplicabilidade diferida	482
d.1) Normas limitadas por princípio institutivo.....	483
d.2) Normas limitadas por princípio programático.....	484
e) Normas constitucionais de eficácia esvaída e aplicabilidade esgotada.....	485
f) Normas constitucionais de eficácia exaurida e aplicabilidade esgotada.....	487
6. Imperatividade eficaz das normas constitucionais.....	487
7. Efeitos temporais da norma constitucional	488
a) Princípio da recepção.....	489
b) Princípio da recepção material	489
c) Princípio da revogação.....	490
d) Princípio da repristinação	490
e) Princípio da desconstitucionalização.....	491

Capítulo 10 — CARACTERÍSTICAS DAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS

1. Panorama das nossas constituições.....	492
2. Constituição de 1824	492
3. Constituição de 1891	494
4. Constituição de 1934	495
5. Constituição de 1937	495
6. Constituição de 1946	496
7. Constituição de 1967	497
7.1. Emenda Constitucional n. 1/69 à Constituição de 1967.....	498
8. Constituição de 1988	499

Capítulo 11 — PREFÁCULO CONSTITUCIONAL

1. Significado.....	502
2. Natureza jurídica.....	503

3. Não há inconstitucionalidade por violação do preâmbulo.....	504
4. Mensagem preambular da Constituição de 1988	504
5. Evocação à Divindade.....	505
Capítulo 12 — PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS	
1. Que são princípios fundamentais.....	507
2. Princípios fundamentais da República Federativa do Brasil.....	508
3. Objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil	520
4. Princípios regentes das relações internacionais da República brasileira	521
5. Idioma oficial e símbolos da República Federativa do Brasil.....	524
Capítulo 13 — DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS	
1. Teoria geral dos direitos e garantias fundamentais.....	526
2. Que são direitos fundamentais.....	526
3. Natureza jurídica dos direitos e garantias fundamentais	527
4. Finalidades dos direitos fundamentais: defesa e instrumentalização	527
5. Declarações de direitos fundamentais	527
6. Gerações dos direitos fundamentais.....	528
6.1. Gerações, famílias e dimensões dos direitos fundamentais.....	528
a) Direitos fundamentais de primeira geração: direitos individuais.....	529
b) Direitos fundamentais de segunda geração: direitos sociais, econômicos e culturais.....	529
c) Direitos fundamentais de terceira geração: direitos de fraternidade ou solidariedade.....	529
d) Direitos fundamentais de quarta geração: direito dos povos	530
e) Direitos fundamentais de quinta geração: direito à paz.....	530
f) Direitos fundamentais de sexta geração: direito à democracia, à informação e ao pluralismo político.....	531
7. Direitos não se confundem com garantias fundamentais.....	532
8. Classificação das garantias fundamentais na Constituição de 1988	533
9. Abrangência dos direitos e garantias fundamentais.....	533
10. Características dos direitos e garantias fundamentais.....	534
11. Os direitos e garantias fundamentais, em regra, são relativos.....	534
12. Destinatários dos direitos e garantias fundamentais.....	536
12.1. O estrangeiro e as liberdades públicas	536
12.2. Pessoa jurídica e liberdades públicas.....	537
12.3. Empresas estrangeiras e liberdades públicas.....	538
12.4. Quase pessoas jurídicas e liberdades públicas	538
13. Caráter vinculante dos direitos e garantias fundamentais	539
a) Vinculação legislativa.....	539
b) Vinculação executiva.....	539
c) Vinculação jurisdicional.....	540
14. Eficácia e aplicabilidade dos direitos e garantias fundamentais	540
14.1. Eficácia horizontal dos direitos e garantias fundamentais	541
14.2. Eficácia horizontal e harmonização de interesses em disputa.....	542
15. Direitos e deveres individuais e coletivos.....	543
16. Direito à vida (art. 5º, <i>caput</i>).....	543
16.1. Aborto.....	545
16.2. Anencefalia.....	545
16.3. Eutanásia.....	549
16.3.1. “Morte digna”: a experiência norte-americana.....	550
16.4. Suicídio	551
16.5. Pena de morte.....	551
16.6. Clonagem.....	553
17. Princípio da igualdade (art. 5º, <i>caput</i>).....	554
a) Ações afirmativas	555
b) Política de cotas na UnB: a ADPF 186	557

17.1. Objetivos do princípio da igualdade: posição do STF	560
17.2. Igualdade formal e igualdade material	561
17.3. Igualdade perante a lei e igualdade na lei	561
17.4. Limite de idade em concurso público e princípio da igualdade	562
17.5. Igualdade entre homens e mulheres	562
17.6. Igualdade entre sexos e admissão em emprego: a Lei n. 9.029/95	563
17.7. Prerrogativa de foro em ações de separação judicial e divórcio direto	563
18. Princípio constitucional da legalidade (arts. 5º, II, 37, <i>caput</i> , e 84, IV)	564
18.1. Legalidade e reserva legal	566
18.2. Princípio da legalidade e outorga do poder regulamentar	566
19. Proibição à tortura (art. 5º, III)	566
20. Liberdade de manifestação do pensamento (art. 5º, IV)	567
20.1. Vedação constitucional ao anonimato: posição do STF	569
21. Direito de resposta (art. 5º, V)	570
22. Inviolabilidade da intimidade, vida privada, honra e imagem (art. 5º, X)	572
22.1. Vida privada e intimidade	572
22.2. Honra	573
22.3. Imagem	573
23. Indenização por dano material, moral, estético e à imagem (art. 5º, V e X)	574
23.1. Dano material	574
23.2. Dano moral	575
23.3. Dano estético	576
23.4. Dano à imagem	577
24. Liberdade de consciência, de religião e de convicção (art. 5º, VI e VIII)	577
24.1. Escusa de consciência	579
24.2. Intolerância religiosa	580
a) Intolerância religiosa como conduta de ódio	582
b) Intolerância religiosa subjetiva e objetiva	584
c) Vedação constitucional à intolerância religiosa	585
d) Legislação sobre intolerância religiosa	587
e) Por uma nova legislação de combate à intolerância religiosa	589
25. Assistência religiosa (art. 5º, VII)	590
26. Liberdade de expressão (art. 5º, IX)	590
26.1. Limites à liberdade de expressão	591
27. Inviolabilidade de domicílio (art. 5º, XI)	592
27.1. Dia e noite para fins de inviolabilidade domiciliar	594
27.2. Inviolabilidade domiciliar e Fisco	595
27.3. Inviolabilidade domiciliar e princípio da reserva de jurisdição	595
28. Direito ao sigilo (art. 5º, XII)	596
28.1. Sigilo de correspondência	597
28.2. Sigilo das comunicações telegráficas	599
28.3. Sigilo das comunicações de dados	599
a) Sigilo bancário	600
b) Sigilo fiscal	603
c) Quebra dos sigilos bancário e fiscal pelas CPIs	605
d) Quebra dos sigilos bancário e fiscal pela Receita Federal	606
d.1) Primeiro estágio da jurisprudência do STF: quebra de sigilo só com ordem judicial ...	608
d.2) Segundo estágio da jurisprudência do STF: quebra de sigilo sem ordem judicial	609
e) Quebra dos sigilos bancário e fiscal pelo Ministério Público	612
28.4. Sigilo das comunicações telefônicas	614
a) Intercepção telefônica	615
a.1) Considerações sobre a Lei n. 9.296/96 (intercepções telefônicas)	615
b) Intercepção telefônica em face do sigilo profissional	619
c) Gravação clandestina	619
c.1) Absurdo que deve ser combatido	622
c.2) Quando uma gravação como meio de prova é válida	623
28.5. Sigilo das comunicações telemáticas	624

29. Direito de reunião (art. 5º, XVI)	625
30. Direito de associação (art. 5º, XVII a XXI)	627
31. Direito de propriedade (art. 5º, XXII)	629
32. Função social da propriedade (arts. 5º, XXIII; 170; 182, § 2º; e 186, <i>caput</i>)	631
33. Desapropriação (art. 5º, XXIV)	632
34. Direito de aquisição (art. 5º, XXV)	634
35. Garantia à pequena propriedade rural (art. 5º, XXVI)	636
36. Proteção aos direitos autorais (art. 5º, XXVII e XXVIII, <i>a e b</i>)	637
37. Proteção à propriedade industrial (art. 5º, XXIX)	638
38. Direito de herança (art. 5º, XXX)	638
39. Sucessão de bens de estrangeiros situados no Brasil (art. 5º, XXXI)	639
40. Defesa do consumidor (arts. 5º, XXXII, e 170, V)	639
41. Liberdade de informação (art. 5º, XIV e XXXIII)	640
41.1. Liberdade de acesso à informação (art. 5º, XIV)	640
a) Sigilo da fonte	640
b) O jornalista e a proteção do sigilo da fonte	640
41.2. Direito de receber informações dos órgãos públicos (art. 5º, XXXIII)	641
a) Decreto n. 5.301/2004	642
b) Decreto n. 5.584/2005	643
c) Lei n. 12.527/2011	643
42. Inafastabilidade da jurisdição (art. 5º, XXXV)	643
43. Garantia da estabilidade das relações jurídicas (art. 5º, XXXVI)	647
43.1. Direito adquirido	648
a) Como funciona a garantia do direito adquirido	648
b) Consequências processuais advindas do direito adquirido	649
c) Direito adquirido e regime jurídico de instituto de direito	649
d) Direito consumado, expectativa de direito e simples faculdades legais	651
43.2. Ato jurídico perfeito	651
43.3. Coisa julgada	652
43.4. Preservação de situações de fato	653
44. Tribunal do Júri (art. 5º, XXXVIII)	654
44.1. Plenitude de defesa (art. 5º, XXXVIII, <i>a</i>)	654
44.2. Sigilo das votações (art. 5º, XXXVIII, <i>b</i>)	655
44.3. Soberania dos veredictos e recorribilidade da decisão (art. 5º, XXXVIII, <i>c</i>)	655
44.4. Competência do júri quanto aos crimes dolosos contra a vida (art. 5º, XXXVIII, <i>d</i>)	657
44.5. Competências especiais por prerrogativa de função	657
45. Garantias constitucionais criminais	659
45.1. Legalidade e anterioridade da lei penal incriminadora (art. 5º, XXXIX)	659
45.2. Retroatividade da lei penal (art. 5º, XL)	660
45.3. Discriminação a direitos e liberdades fundamentais (art. 5º, XLI)	662
45.4. Prática de racismo (art. 5º, XLII)	662
45.5. Crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia (art. 5º, XLIII)	663
45.6. Ação de grupos armados, civis e militares (art. 5º, XLIV)	666
45.7. Intransmissibilidade das penas (art. 5º, XLV)	666
45.8. Individualização das penas (art. 5º, XLVI)	667
45.9. Cumprimento das penas (art. 5º, XLVIII)	668
45.10. Prerrogativas dos presos (art. 5º, XLIX, L, LXII a LXVI, LXXV)	668
a) Análise da prisão preventiva na ordem constitucional brasileira	671
45.11. Identificação criminal (art. 5º, LVIII)	674
a) Advento da Lei n. 12.037/2009	675
b) Os não identificados civilmente	675
c) Como atestar a identificação civil	675
d) O que se inclui na identificação criminal	676
e) Direito de requerer a retirada da identificação fotográfica do inquérito ou processo	676
f) Revogação da Lei n. 10.054, de 7-12-2000	676
45.12. Ação penal privada subsidiária (art. 5º, LIX)	676
45.13. Regra da não prisão (art. 5º, LXI)	678
45.14. Prisão civil por dívida (art. 5º, LXVII)	679

a) Descumprimento de obrigação alimentar	682
b) Prisão civil e prestação alimentícia em atraso.....	682
c) Prisão civil do devedor fiduciário	683
46. Extradicação (art. 5º, LI e LII)	683
46.1. Regras constitucionais para a extradicação.....	685
46.2. Requisitos legais para a extradicação.....	687
46.3. Competência para processar e julgar o extraditando.....	689
46.4. Deveres do Estado requerente da extradicação.....	689
46.5. Pedido de extensão: entendimento do STF	690
46.6. Papel do Supremo Tribunal Federal na extradicação	690
46.7. Pedido extradicional: procedimento.....	691
46.8. Prisão no procedimento extradicional	692
46.9. Legalidade do ato concessivo de refúgio e natureza dos crimes imputados ao extraditando: o “caso Cesare Battisti”	693
46.9.1. Reflexões sobre o “caso Cesare Battisti”	696
46.10. Expulsão.....	697
46.11. Extradicação e expulsão de estrangeiro com cônjuge e filhos brasileiros	699
47. Devido processo legal (art. 5º, LIV).....	700
47.1. Funcionamento e importância do devido processo legal.....	701
47.2. Qual a amplitude do devido processo legal?.....	701
47.3. Princípios constitucionais derivados do devido processo legal	703
a) Princípio implícito do duplo grau de jurisdição	704
b) Princípio da razoabilidade.....	706
c) Princípios do juiz e do promotor natural (art. 5º, XXXVII e LIII)	707
d) Princípios do contraditório e da ampla defesa (art. 5º, LV)	710
d.1) Interrogatório por videoconferência	713
e) Princípio da proibição da prova ilícita (art. 5º, LVI).....	715
e.1) Uso excepcional das provas ilícitas e princípio da proporcionalidade.....	717
e.2) Convalidação das provas ilícitas em nome da legítima defesa	718
e.3) Provas ilícitas por derivação: frutos da árvore envenenada	720
f) Princípio da motivação das decisões (art. 93, IX e X).....	722
g) Princípio da publicidade (arts. 5º, LX, e 93, IX)	724
g.1) Mudança de voto depois de proclamado o resultado do julgamento	726
h) Princípio da razoável duração do processo (art. 5º, LXXVIII)	727
i) Princípio da presunção de inocência (art. 5º, LVII).....	729
i.1) HC 126.292/SP do STF: pena pode ser cumprida após decisão de segunda instância... ..	732
i.2) ADCs 43, 44 e 54: início do cumprimento da pena só após o trânsito em julgado	735
i.3) Delação premiada	737
48. Tratados internacionais e direitos fundamentais (art. 5º, § 2º)	739
48.1. Princípio da não tipicidade constitucional	740
48.2. Incorporação dos tratados internacionais na ordem jurídica brasileira	740
a) Regime jurídico do art. 5º, § 2º, da CF: o novo entendimento do STF	742
b) Regime jurídico do art. 5º, § 3º, da CF: equivalência com as emendas constitucionais	744
49. Tribunal Penal Internacional (art. 5º, § 4º).....	747
49.1. Estatuto de Roma e prisão de chefe de Estado estrangeiro.....	747
50. Pacto de San José da Costa Rica em face da Constituição brasileira.....	750
a) Finalidades do Pacto de San José da Costa Rica	751
b) Pontos de interseção entre o Pacto de San José da Costa Rica e a Constituição brasileira....	751
c) Temas decididos pelo STF com base no Pacto de San José da Costa Rica.....	752

Capítulo 14 — INSTRUMENTOS DE TUTELA DAS LIBERDADES

1. Que são instrumentos de tutela das liberdades?.....	753
2. Direito de petição (art. 5º, XXXIV, a).....	754
3. Direito de certidão (art. 5º, XXXIV, b)	756

4. <i>Habeas corpus</i> (art. 5º, LXVIII).....	758
4.1. Perfil do <i>habeas corpus</i>	759
4.2. Pressupostos constitucionais de impetração.....	765
4.3. Legitimidade ativa no <i>habeas corpus</i>	766
4.4. Legitimidade passiva no <i>habeas corpus</i>	768
4.5. Ato de particular.....	768
4.6. Ato de Tribunais Regionais Federais ou Tribunais estaduais.....	769
4.7. Ato ilegal imputado a promotor de justiça.....	770
4.8. Ato de membro do Ministério Público Federal.....	771
4.9. Ato de Turma Recursal de Juizados Especiais Criminais.....	771
4.10. Ato de juiz especial nos Juizados Especiais Criminais.....	772
4.11. Punições disciplinares militares.....	773
4.12. Coação ilegal atribuída à Turma do STF.....	773
4.13. Liminar em <i>habeas corpus</i>	773
4.14. Empate no <i>habeas corpus</i> : favorecimento ao paciente.....	774
4.15. <i>Habeas corpus</i> e recurso ordinário: ajuizamento simultâneo.....	774
4.16. <i>Habeas corpus</i> e substituição de recurso ordinário constitucional.....	774
5. Mandado de segurança (art. 5º, LXIX).....	775
5.1. Perfil do mandado de segurança.....	776
5.2. Cabimento do mandado de segurança.....	777
5.3. Legitimidade ativa no mandado de segurança (impetrante).....	780
5.4. Legitimidade passiva no mandado de segurança (impetrado).....	782
5.5. Autoridade coatora no mandado de segurança (coator).....	782
5.6. Procedimento.....	784
a) Petição inicial.....	784
5.7. Prazo para impetração.....	786
5.8. Competência.....	787
a) Competência do Supremo Tribunal Federal.....	787
a.1) Excepcionalmente, compete ao STF julgar <i>mandamus</i> contra ato da própria Corte....	788
b) Competência do Superior Tribunal de Justiça.....	789
c) Competência dos Tribunais Regionais Federais.....	789
d) Competência dos juizes federais.....	789
e) Competência dos Juizados Especiais.....	789
5.9. Liminar em mandado de segurança.....	789
a) Disciplina da medida liminar na Lei n. 12.016/2009.....	790
6. Desistência da ação de segurança.....	792
7. Mandado de segurança coletivo (art. 5º, LXX).....	793
7.1. Regime jurídico.....	793
7.2. Natureza.....	794
7.3. Finalidade: defender direitos coletivos e individuais homogêneos.....	794
7.4. Objeto: não se exige que o direito seja peculiar à classe.....	795
7.5. Impetração simultânea do <i>writ</i> coletivo e individual: possibilidade.....	796
7.6. Legitimidade ativa (impetrantes).....	796
a) Partidos políticos com representação no Congresso Nacional.....	797
b) Sindicatos, entidades de classe e associações.....	799
7.7. Legitimidade passiva.....	800
7.8. <i>Writ</i> coletivo e litisconsórcio.....	800
7.9. Coisa julgada.....	800
7.10. Liminar em <i>writ</i> coletivo.....	801
8. Mandado de injunção (art. 5º, LXVI).....	801
8.1. Antecedentes.....	802
8.2. Natureza jurídica.....	803
8.3. Mandado de injunção e ADIn por omissão.....	803
8.4. Requisitos.....	803

8.5. Objeto.....	804
8.6. Legitimidade ativa.....	805
a) Mandado de injunção coletivo.....	806
8.7. Legitimidade passiva.....	807
8.8. Procedimento: Lei n. 13.300/2016.....	808
8.8.1. Petição inicial.....	809
8.8.2. Oitiva do Ministério Público.....	809
8.9. Medida liminar.....	809
8.10. Competência.....	810
8.11. Decisão.....	811
8.12. Efeitos do mandado de injunção.....	811
a) Efeitos do mandado de injunção na Lei n. 13.300/2016.....	813
8.13. Análise da Lei n. 13.300/2016.....	816
9. Habeas data (art. 5º, LXXII).....	817
9.1. Antecedentes.....	817
9.2. Natureza jurídica.....	817
9.3. Finalidades.....	818
9.4. Cabimento.....	818
a) Imprescindibilidade do interesse de agir.....	818
b) Habeas data e dados sigilosos da sociedade e do Estado.....	819
9.5. Legitimidade ativa.....	820
a) Impetração em nome de terceiros.....	820
b) Habeas data coletivo.....	821
9.6. Legitimidade passiva.....	821
9.7. Competência.....	822
9.8. Procedimento (Lei n. 9.507/97).....	823
10. Ação popular (art. 5º, LXXIII).....	824
10.1. Origem.....	825
10.2. Perfil constitucional.....	825
10.3. Finalidade: defender interesses difusos.....	826
10.4. Objeto: combater atos lesivos e ilegais.....	826
10.5. Legitimidade ativa.....	828
10.6. Legitimidade passiva.....	829
10.7. Competência.....	830
10.8. Sentença e coisa julgada.....	831
10.9. Isenção de custas e ônus da sucumbência.....	831

Capítulo 15 DIREITOS SOCIAIS

1. Direitos sociais: noção e funcionamento.....	832
2. Finalidade dos direitos sociais.....	832
3. Natureza dos direitos sociais.....	832
4. Sujeito passivo dos direitos sociais.....	833
5. Classificação dos direitos sociais.....	833
6. Efetividade e proteção dos direitos sociais.....	833
7. Direitos sociais e direitos dos trabalhadores.....	834
8. Previsão constitucional dos direitos sociais (art. 6º).....	835
8.1. Alimentação e transporte como direitos sociais básicos: a Emenda Constitucional n. 64/2010... ..	837
9. Direitos dos trabalhadores urbanos e rurais (art. 7º).....	838
9.1. Direitos dos trabalhadores domésticos: a Emenda Constitucional n. 72, de 2-4-2013.....	853
10. Liberdade de associação profissional e sindical (art. 8º).....	855
10.1. Princípios constitucionais da liberdade associativa (art. 8º, I a VIII).....	855
10.2. Contribuições confederativa e sindical.....	858
11. Direito de greve (art. 9º).....	860

Capítulo 16 DIREITO DE NACIONALIDADE

1. Significado.....	862
2. Noções correlatas à nacionalidade.....	862
3. Brasileiros natos e naturalizados.....	863
a) Brasileiro nato.....	863
b) Brasileiro naturalizado.....	863
4. Tipos de nacionalidade: originária e secundária.....	864
4.1. Aquisição da nacionalidade originária.....	864
a) Regra do <i>ius solis</i> ou <i>ius loci</i> (art. 12, I, <i>a</i>).....	865
b) Regra do <i>ius sanguinis</i> + critério funcional (art. 12, I, <i>b</i>).....	865
c) Regra da nacionalidade potestativa: <i>ius sanguinis</i> + critério residencial + opção confirmati- va (art. 12, I, <i>c</i>).....	866
c.1) Nacionalidade potestativa e opção.....	866
c.2) Nacionalidade potestativa antes da Carta de 1988.....	867
c.3) Nacionalidade potestativa depois da Carta de 1988.....	867
c.4) ECR n. 3/94: supressão do critério <i>ius sanguinis</i> + registro.....	867
c.5) EC n. 54/2007: registro em repartição competente e maioria (18 anos completos).....	868
4.2. Aquisição da nacionalidade secundária.....	870
4.2.1. Polipátridas e apátridas (ou <i>Heimatlos</i>).....	870
a) Polipátridas e os conflitos positivos de nacionalidade.....	870
b) Apátridas e os conflitos negativos de nacionalidade.....	871
4.2.2. Tipos de naturalização.....	872
a) Naturalização tácita (ou grande naturalização).....	872
b) Naturalização expressa (explícita ou taxativa).....	872
b.1) Naturalização ordinária (ou comum).....	872
b.1.1) Quase nacionalidade.....	873
b.2) Naturalização extraordinária (ou quinquenária).....	876
4.2.3. Radicação precoce e conclusão de curso superior.....	877
5. A lei não pode distinguir brasileiros natos e naturalizados.....	879
a) Extradicação (CF, art. 5º, LI).....	879
b) Cargos (CF, art. 12, § 3º).....	879
c) Função (CF, art. 89, VII).....	880
d) Propriedade de empresa jornalística, de radiodifusão sonora, de sons e imagens (CF, art. 222) ...	880
6. Perda da nacionalidade.....	881
6.1. Ação de cancelamento de naturalização (perda-punição).....	882
6.2. Naturalização voluntária (perda-mudança).....	882
a) Reconhecimento da nacionalidade originária pela lei estrangeira.....	883
b) Imposição de naturalização pela norma estrangeira.....	883
6.3. Nacionalidade adquirida com fraude à lei.....	883
6.4. Exclusão de hipótese da Carta de 1967.....	884
7. Reaquisição da nacionalidade brasileira perdida.....	884
Capítulo 17 DIREITOS POLÍTICOS	
1. Que são direitos políticos.....	885
2. Como se classificam os direitos políticos.....	885
3. Direitos políticos positivos.....	885
3.1. Direito de sufrágio.....	886
a) Natureza jurídica do sufrágio.....	886
b) Espécies de sufrágio.....	887
c) Direito de sufrágio e as capacidades eleitorais ativa e passiva.....	888
c.1) Elegibilidade.....	889
c.2) Condições de elegibilidade (CF, art. 14, § 3º).....	889
d) Exercício do sufrágio: o direito de voto.....	891
d.1) Natureza do voto.....	892
d.2) Características do voto.....	892

d.3) Plebiscito e referendo: formas de exercer o direito de voto.....	893
e) Eleitorado.....	895
e.1) Impossibilidade de “corpos eleitorais”.....	895
3.2. Sistemas eleitorais.....	895
a) Sistema majoritário.....	896
b) Sistema proporcional.....	896
c) Sistema misto.....	897
3.3. Procedimento eleitoral.....	898
4. Direitos políticos negativos.....	898
4.1. Inelegibilidades.....	899
4.1.1. Panorama das inelegibilidades na Constituição de 1988.....	899
a) Inelegibilidades absolutas.....	900
b) Inelegibilidades relativas.....	900
b.1) Inelegibilidade funcional por motivo de reeleição (art. 14, § 5º).....	901
b.2) Inelegibilidade funcional por motivo de desincompatibilização (art. 14, § 6º).....	905
b.3) Inelegibilidade reflexiva — casamento, parentesco ou afinidade (art. 14, § 7º).....	909
b.4) Inelegibilidades militares (art. 14, § 8º).....	914
b.5) Inelegibilidades legais (art. 14, § 9º).....	915
4.2. Privação dos direitos políticos.....	919
4.2.1. Perda dos direitos políticos.....	920
4.2.2. Suspensão dos direitos políticos.....	922
a) Condenação criminal transitada em julgado (CF, art. 15, III): conclusões do STF e do TSE.....	922
b) Condenação criminal transitada em julgado e perda do mandato de parlamentares federais.....	924
c) Condenação criminal transitada em julgado e a Lei Complementar n. 64/90 (art. 1º, I, e).....	926
5. Reaquisição dos direitos políticos.....	926
5.1. Reaquisição dos direitos políticos perdidos.....	926
5.2. Reaquisição dos direitos políticos suspensos.....	927
6. Princípio da anualidade eleitoral.....	927
a) Exceção ao princípio da anualidade eleitoral: hipótese de eleição indireta.....	928
6.1. Criação de Município em ano eleitoral: impossibilidade.....	929
7. Cassação dos direitos políticos.....	929
7.1. Cumprimento imediato das decisões da Justiça Eleitoral.....	930
8. Impugnação de mandato eletivo.....	930
8.1. Ação de impugnação de mandato eletivo.....	931
9. Princípio da fidelidade partidária.....	932
10. Renúncia a mandato parlamentar e coligação.....	934
Capítulo 18 — PARTIDOS POLÍTICOS	
1. Que são partidos políticos?.....	935
2. Origem dos partidos políticos.....	935
3. Partidos políticos na Constituição de 1988.....	935
4. Criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos.....	936
5. Autonomia partidária.....	938
6. Registro partidário.....	939
7. Recursos do fundo partidário e propaganda eleitoral.....	940
8. Partidos políticos e organizações paramilitares.....	941
9. Inconstitucionalidade da cláusula de barreira.....	941
10. Do princípio da verticalização das coligações partidárias à regra da não obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas (CF, art. 17, § 1º).....	942
Capítulo 19 — ORGANIZAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO	
1. Organização político-administrativa e divisão espacial do poder.....	945

2. Federação	945
2.1. O Estado Federal brasileiro	947
2.2. Princípio da indissolubilidade do pacto federativo (CF, arts. 1º, <i>caput</i> , e 18, <i>caput</i>)	948
2.3. Princípio implícito da simetria federativa	948
2.4. Federalismo assimétrico (CF, arts. 23; 43; 151, I; 155, I, <i>b</i> , § 2º, VI e XII, <i>g</i>)	949
3. Entidades componentes da federação brasileira	950
4. União	950
4.1. Bens da União (CF, art. 20, I a XI)	951
4.2. Participação em recursos minerais (CF, art. 20, § 1º)	953
4.3. Faixa de fronteira (CF, art. 20, § 2º)	953
4.4. Regiões administrativas ou de desenvolvimento (CF, art. 43, §§ 1º a 3º)	954
5. Estados	955
5.1. Autonomia estadual (CF, art. 25)	956
5.1.1. Organização dos governos estaduais (CF, arts. 27, 28 e 125)	958
5.2. Bens dos Estados (CF, art. 26, I a IV)	961
5.3. Formação de Estados (CF, art. 18, § 3º)	961
5.4. Regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões (CF, art. 25, § 3º)	962
6. Municípios	963
6.1. Autonomia municipal (CF, arts. 1º, <i>caput</i> ; 18, <i>caput</i> ; 29; 30 e 34, VII, <i>c</i>)	964
6.2. Lei orgânica municipal (CF, art. 29)	965
6.3. Organização dos governos municipais (CF, arts. 29 e 29-A)	966
a) Eleição e posse de prefeitos, vice-prefeitos e vereadores (CF, art. 29, I a III)	966
b) Remuneração de prefeitos, vice-prefeitos e secretários municipais (CF, art. 29, V)	966
c) Prefeito perda do mandato (CF, art. 29, XIV)	967
d) Julgamento do prefeito foro especial por prerrogativa de função (CF, art. 29, X)	967
d.1) Competência dos Tribunais de Justiça	968
d.2) Competência das Câmaras de Vereadores	970
d.3) Competência dos Tribunais Regionais Eleitorais	970
d.4) Competência dos Tribunais Regionais Federais	970
d.5) Competência dos juízes de direito	971
e) Crime de responsabilidade do prefeito (CF, art. 29-A, § 2º)	972
f) Número de vereadores por Município (CF, art. 29, IV)	973
f.1) Primeira redação do art. 29, IV, advinda da manifestação constituinte originária de 1988	973
f.2) Segunda redação do art. 29, IV, proveniente da Emenda Constitucional n. 58/2009	975
f.2.1) Inconstitucionalidade do art. 3º, I, da Emenda Constitucional n. 58/2009	975
f.2.1.1) Decisão do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Goiás	977
f.2.1.2) ADIns no Supremo Tribunal Federal	977
g) Remuneração de vereadores (CF, art. 29, VI e VII)	980
h) Imunidade material dos vereadores (CF, art. 29, VIII)	982
i) Proibições e incompatibilidades dos vereadores (CF, art. 29, IX)	984
j) Crime de responsabilidade do Presidente da Câmara de Vereadores (CF, art. 29-A, § 3º)	984
k) Funções legislativas e fiscalizatórias da Câmara Municipal (CF, art. 29, XI)	985
l) Cooperação no planejamento do Município (CF, art. 29, XII)	985
m) Iniciativa popular de projetos de lei (CF, art. 29, XIII)	985
6.4. Fiscalização do Município (CF, art. 31, §§ 1º a 4º)	985
6.5. Formação de Municípios (CF, art. 18, § 4º redação dada pela EC n. 16/96)	986
6.5.1. Emenda Constitucional n. 57/2008	988
7. Distrito Federal	989
7.1. Natureza	989
7.2. Brasília — Capital Federal	989
7.3. Autonomia	990
7.4. Governo do Distrito Federal	992

8. Vedações constitucionais de natureza federativa	993
9. Territórios Federais	994
9.1. Natureza autárquica	995
9.2. Como surgiram os Territórios Federais	995
9.3. Não mais existem Territórios Federais no Brasil	995
a) Os novos Estados de Roraima e Amapá	995
b) Fernando de Noronha: Distrito do Estado de Pernambuco	996
9.4. Podem ser criados novos Territórios Federais no Brasil	997
10. Competências federativas	998
10.1. Repartição de competências federativas	999
a) Princípio da predominância do interesse	999
b) Técnicas de repartição de competências	999
10.2. Panorama das competências federativas na Constituição de 1988	1000
10.3. Competências da União	1003
a) Competências administrativas da União (CF, art. 21, I a XXV)	1003
a.1) Emenda Constitucional n. 69, de 29 de março de 2012	1006
b) Competências legislativas da União (CF, art. 22, I a XXIX)	1006
10.4. Competências dos Estados	1011
a) Competência remanescente ou reservada (CF, art. 25, § 1º)	1012
b) Competência enumerada (CF, arts. 18, § 4º, e 25, §§ 2º e 3º)	1012
c) Competência delegada (CF, art. 22, parágrafo único)	1012
d) Competência concorrente (CF, art. 24, I a XVI)	1013
e) Competência suplementar (CF, art. 24, §§ 1º a 4º)	1013
10.5. Competências do Distrito Federal	1014
10.6. Competências dos Municípios	1014
10.7. Competência comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios	1016
10.8. Competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal	1018
10.9. Competência suplementar dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios	1021
11. Intervenção	1022
11.1. Intervenção da União nos Estados, no Distrito Federal ou nos Municípios situados em Territórios Federais	1024
a) Pressupostos materiais da intervenção federal (CF, art. 34, I a VII)	1025
b) Pressupostos formais da intervenção federal (CF, art. 36, I a III)	1028
c) Procedimento da intervenção federal	1028
c.1) Fase inicial	1028
c.2) Fase judicial	1029
c.3) Fase do decreto interventivo	1029
c.4) Fase do controle político e jurisdicional	1030
11.2. Intervenção estadual nos Municípios	1031

Capítulo 20 — ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. Significado de Administração Pública na Constituição de 1988	1034
2. Decreto-Lei n. 200/67	1036
2.1. Administração direta	1036
2.2. Administração indireta	1036
3. Princípios constitucionais da Administração Pública	1038
3.1. Princípio da legalidade administrativa	1039
3.2. Princípio da impessoalidade administrativa	1040
3.3. Princípio da moralidade administrativa	1040
3.4. Princípio da publicidade administrativa	1043
3.5. Princípio da eficiência administrativa	1043
4. Preceitos constitucionais da Administração Pública	1046
5. Agentes públicos na Constituição	1064
5.1. Agentes políticos	1065

5.2. Particulares em regime de colaboração com o Poder Público	1065
5.3. Servidores públicos.....	1066
5.3.1. Servidores públicos no exercício de mandato eletivo.....	1066
5.3.2. Direitos sociais dos servidores públicos civis	1067
5.3.3. Formação e aperfeiçoamento de servidores públicos.....	1068
5.3.4. Prêmio de produtividade dos servidores públicos.....	1069
5.3.5. Estabilidade e efetividade dos servidores públicos civis.....	1069
5.3.6. Estágio probatório dos servidores públicos civis.....	1070
5.3.7. Perda do cargo do servidor público estável.....	1072
6. Sistema remuneratório dos agentes públicos	1073
6.1. Regime jurídico único	1074
6.2. Subsídios	1075
6.2.1. Irredutibilidade de subsídios.....	1077
6.2.2. Preservação do direito adquirido.....	1077
6.3. Teto remuneratório.....	1078
6.3.1. Emenda Constitucional n. 95/2016: limite de despesas públicas.....	1080
6.4. Regras remuneratórias no âmbito estadual, distrital e municipal.....	1080
6.5. Regras transitórias da EC n. 41/2003	1081
6.6. Princípio da periodicidade.....	1082
6.7. Vinculação e equiparação de espécies remuneratórias.....	1083
6.8. Proibição do “efeito repicão”.....	1084
6.9. Disponibilidade remunerada.....	1085
7. Aposentadoria dos agentes públicos.....	1086
7.1. Contribuição de inativos e pensionistas	1088
7.2. Espécies de aposentadoria.....	1088
a) Aposentadoria por incapacidade permanente.....	1088
a.1) Emenda Constitucional n. 70, de 29 de março de 2012	1090
b) Aposentadoria compulsória.....	1090
c) Aposentadoria voluntária	1091
7.3. Regras para a aposentadoria.....	1092
8. Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.....	1097

Capítulo 21 ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

1. Organização constitucional de Poderes	1099
2. Poderes do Estado e defesa das liberdades públicas.....	1101
3. Poder Legislativo	1101
3.1. Congresso Nacional.....	1102
a) Atribuições do Congresso Nacional	1104
a.1) Competência legislativa do Congresso Nacional (CF, art. 48, I a XV).....	1105
a.2) Competência exclusiva do Congresso Nacional (CF, art. 49, I a XVII)	1106
b) Convocação e comparecimento de Ministros de Estado (CF, art. 50, §§ 1 ^a e 2 ^a).....	1110
c) Funcionamento do Congresso Nacional	1111
c.1) Legislatura: significado e período de duração	1111
c.2) Sessões legislativas.....	1112
c.3) Recesso parlamentar.....	1113
c.4) Deliberações parlamentares.....	1114
c.4.1) Quórum.....	1114
c.4.2) Técnica de positivação constitucional das maiorias.....	1114
d) Voto de liderança e princípio da colegialidade.....	1115
3.2. Câmara dos Deputados.....	1115
a) Eleição de deputados federais no Distrito Federal	1117
b) Sistema proporcional.....	1117
c) Competência privativa da Câmara dos Deputados.....	1119
3.3. Senado Federal	1120
a) Sistema majoritário.....	1121

b) Competência privativa do Senado Federal.....	1121
3.4. Estatuto dos Congressistas.....	1126
3.5. Origem e crise das imunidades parlamentares.....	1126
3.6. Disciplina constitucional das imunidades parlamentares.....	1128
3.7. Imunidade material (CF, art. 53, <i>caput</i>).....	1128
a) Como funciona a imunidade material.....	1129
b) Imunidade material após o advento da EC n. 35/2001.....	1130
c) Extensão da imunidade material.....	1131
d) Imunidade material na jurisprudência do STF.....	1131
d.1) Irrenunciabilidade das imunidades.....	1132
d.2) Licenciamento para exercício de cargo no Poder Executivo.....	1132
d.3) Crimes contra a honra.....	1132
d.4) Proteção no exercício do mandato ou em razão dele.....	1133
d.5) Efeitos temporais da imunidade material.....	1135
d.6) Depoimento prestado em CPI.....	1135
d.7) Propaganda eleitoral.....	1136
d.8) Declaração em jornais e insuficiência de provas.....	1136
3.8. Imunidade processual (CF, art. 53, §§ 1º a 5º).....	1136
a) Conteúdo da imunidade processual.....	1137
b) Abrangência da imunidade processual.....	1137
c) Extensão no tempo da imunidade processual.....	1138
d) Imunidade processual na jurisprudência do STF.....	1138
d.1) Prerrogativa de foro em razão da função.....	1139
d.2) Prerrogativa de foro nas infrações penais comuns.....	1140
d.3) Arquivamento da denúncia.....	1140
d.4) Cancelamento da Súmula 394 do STF.....	1141
d.5) Atualidade do mandato e competência do STF.....	1142
d.6) Desnecessidade de licença prévia para o processo de parlamentares.....	1142
d.7) Deliberação do pedido de processo parlamentar à Casa legislativa.....	1143
d.8) Superveniência da EC n. 35/2001.....	1143
e) Pedido de sustação e prescrição suspensa (CF, art. 53, §§ 4º e 5º).....	1145
3.9. Isenção do dever de testemunhar (CF, art. 53, § 6º).....	1146
3.10. Incorporação às Forças Armadas (CF, art. 53, § 7º, <i>c/c</i> o art. 143).....	1147
3.11. Imunidade parlamentar durante o estado de sítio (CF, art. 53, § 8º).....	1147
3.12. Incompatibilidades (CF, art. 54).....	1147
3.13. Perda do mandato parlamentar (CF, art. 55, §§ 1º a 3º).....	1148
3.14. Renúncia do mandato parlamentar (CF, art. 55, § 4º).....	1151
3.14.1. Renúncia de parlamentar extingue a competência do STF.....	1152
3.15. Afastamento do congressista (CF, art. 56, I e II).....	1152
3.16. Suplência parlamentar (CF, art. 56, §§ 1º e 2º).....	1153
3.17. Vencimentos dos parlamentares: competência para fixar subsídios.....	1154
3.18. Comissões parlamentares.....	1155
3.19. Comissões permanentes.....	1156
3.20. Comissões temporárias ou especiais.....	1157
3.21. Comissões mistas.....	1157
3.22. Comissões parlamentares de inquérito.....	1158
a) Para que servem as CPIs.....	1159
b) Quórum de criação das CPIs.....	1160
c) Poderes investigatórios das CPIs.....	1161
c.1) Poderes de investigação próprios das autoridades judiciais.....	1163
d) CPIs podem ordenar prisões?.....	1169
e) Limites constitucionais às CPIs.....	1170
f) Controle judicial das CPIs.....	1172

g) Medidas processuais contra atos das CPIs	1173
h) Intimação para depor em CPI.....	1176
i) Duração do inquérito parlamentar e prorrogação do prazo	1178
j) Direito ao silêncio e privilégio contra a autoincriminação	1181
k) Direito ao sigilo e decisão parlamentar fundamentada	1186
l) Prerrogativas profissionais do advogado	1190
m) Contraditório e ampla defesa no inquérito parlamentar.....	1192
n) Princípio da reserva de jurisdição no inquérito parlamentar	1194
o) Relatório.....	1196
p) Responsabilidade civil ou criminal dos infratores.....	1197
3.23. Comissão parlamentar representativa.....	1198
3.24. Processo legislativo.....	1198
3.24.1. Processo legislativo na Constituição de 1988	1199
3.24.2. Classificação do processo legislativo.....	1201
3.24.3. Fases de elaboração das leis e atos normativos	1201
a) Procedimento legislativo ordinário (ou comum)	1202
a.1) Fase introdutória do procedimento legislativo ordinário: a iniciativa de lei.....	1202
a.1.1) Iniciativa do Presidente da República (CF, art. 61, § 1º).....	1203
a.1.2) Iniciativa de lei do Poder Judiciário	1208
a.1.3) Iniciativa de lei para fixação do teto salarial	1209
a.1.4) Iniciativa de lei do Ministério Público	1210
a.1.5) Iniciativa popular de lei	1211
a.2) Fase constitutiva do procedimento legislativo ordinário: as deliberações	1211
a.2.1) Deliberação parlamentar	1211
a.2.1.1) Emenda parlamentar.....	1214
a.2.1.2) Votação	1214
a.2.1.3) Prazo para deliberação parlamentar	1215
a.2.2) Deliberação executiva.....	1215
a.2.2.1) Sanção.....	1215
a.2.2.2) Veto presidencial	1216
a.3) Fase complementar do procedimento legislativo ordinário: a certificação e a comunicação.....	1218
a.3.1) Promulgação.....	1218
a.3.2) Publicação	1219
b) Procedimento legislativo sumário.....	1219
c) Procedimento legislativo especial	1220
3.25. Espécies normativas.....	1221
a) Hierarquia entre as espécies normativas	1221
b) Atributos das espécies normativas	1222
3.25.1. Emendas à Constituição	1223
a) Procedimento legislativo especial das emendas à Constituição.....	1223
a.1) Fase introdutória do procedimento legislativo especial de emenda	1224
a.2) Fase constitutiva do procedimento legislativo especial de emenda.....	1224
a.3) Fase complementar do procedimento legislativo especial de emenda.....	1225
3.25.2. Leis complementares	1225
a) Natureza das leis complementares.....	1225
b) Surgimento das leis complementares no Brasil.....	1226
c) Diferenças entre leis complementares e leis ordinárias	1226
d) Há hierarquia entre leis complementares e leis ordinárias?.....	1227
e) Procedimento legislativo especial das leis complementares	1227
f) Alcance das leis complementares na visão do STF.....	1227
3.25.3. Leis ordinárias	1228
a) Campo de incidência das leis ordinárias.....	1229

b) Lei ordinária como ato complexo.....	1229
3.25.4. Leis delegadas	1229
a) Justificativa das leis delegadas.....	1230
b) Natureza das leis delegadas	1230
c) Surgimento no Brasil	1230
d) Procedimento legislativo especial das leis delegadas	1230
e) Poder congressional de sustar leis delegadas.....	1233
3.25.5. Medidas provisórias	1233
a) De onde vieram as medidas provisórias?.....	1234
b) Medida provisória e decreto-lei: diferenças.....	1235
c) Questões suscitadas das medidas provisórias	1236
d) Natureza das medidas provisórias.....	1236
e) Efeitos imediatos das medidas provisórias	1237
f) Características das medidas provisórias	1237
f.1) Excepcionalidade.....	1237
f.2) Efemeridade	1237
f.3) Precariedade	1238
f.4) Condicionamento.....	1238
g) Pressupostos constitucionais de admissibilidade	1238
h) Procedimento elaborativo especial das medidas provisórias	1241
h.1) Aprovação integral de medidas provisórias	1242
h.2) Aprovação da medida provisória com modificações pelo Congresso Nacional	1244
h.3) Rejeição expressa da medida provisória pelo Congresso Nacional.....	1245
h.4) Rejeição tácita da medida provisória pelo Congresso Nacional.....	1246
i) Medida provisória já editada: obrigatoriedade de apreciação do Congresso Nacional	1247
j) Medidas provisórias editadas antes da publicação da EC n. 32/2001	1248
k) Medida provisória e lei anterior a ela.....	1248
l) Consequências da conversão de medida provisória em lei	1249
m) Governadores e prefeitos podem expedir medidas provisórias?	1250
n) Proibições materiais constitucionais à edição de medidas provisórias.....	1251
n.1) Proibição do art. 246 da Carta de 1988	1252
n.2) Proibição em matéria reservada à lei delegada	1252
n.3) Proibição do art. 62, § 1º, II, da Carta de 1988.....	1252
n.4) Proibição em matéria reservada à lei complementar	1252
n.5) Proibição do art. 62, § 1º, IV, da Carta de 1988	1253
n.6) Proibição em matéria tributária.....	1253
n.7) Proibição em matéria penal.....	1255
o) ● § 6º do art. 62 da CF aplica-se, apenas, aos projetos de lei ordinária.....	1256
3.25.6. Decretos legislativos.....	1257
a) Procedimento legislativo especial de formação dos decretos legislativos	1257
b) Decretos legislativos em face dos atos e tratados internacionais	1257
c) Características da incorporação dos atos e tratados via decreto legislativo.....	1257
3.25.7. Resoluções	1258
a) Natureza e efeitos das resoluções.....	1258
b) Campo de incidência das resoluções	1259
c) Espécies de resolução	1259
d) Procedimento legislativo especial de formação das resoluções.....	1259
4. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária.....	1260
4.1. Função fiscalizatória na Constituição.....	1260
4.2. Modalidades de fiscalização	1261
4.3. Formas de controle	1261
a) Controle externo	1261
b) Controle interno (ou autocontrole)	1261

4.4. Quem deve prestar contas?.....	1262
4.5. Participação popular no controle externo da Administração Pública	1262
4.6. Tribunais de Contas.....	1262
a) Missão dos Tribunais de Contas	1263
b) Tribunais de Contas perante as leis inconstitucionais	1263
4.7. Tribunal de Contas da União.....	1263
a) Composição do Tribunal de Contas da União.....	1264
b) Competências do Tribunal de Contas da União.....	1265
4.8. Tribunais de Contas estaduais, distrital e municipais.....	1268
4.9. Tribunal de Contas e rejeição das contas do Chefe do Executivo.....	1270
5. Poder Executivo.....	1270
5.1. Presidencialismo.....	1271
5.2. Presidente da República: chefe de Estado e chefe de governo	1272
5.3. Vice-Presidente da República.....	1274
5.4. Eleição e posse do Presidente e do Vice-Presidente da República.....	1275
5.5. Vacância da Presidência da República	1278
5.6. Substitutos e sucessores do Presidente da República.....	1278
a) Substitutos do Presidente da República.....	1278
b) Sucessão presidencial na hipótese de vacância definitiva	1279
5.7. Ausência do Brasil por mais de quinze dias: perda do mandato presidencial.....	1280
5.8. Atribuições privativas do Presidente da República.....	1280
a) Princípio da delegação de competência presidencial.....	1280
5.9. Responsabilidade do Presidente da República.....	1281
5.9.1. Crimes de responsabilidade do Presidente da República.....	1282
a) Que são crimes de responsabilidade?.....	1282
b) Crimes de responsabilidade: infrações constitucionais ou político-administrativas	1283
c) Crimes de responsabilidade: natureza e caracteres	1283
d) Surgimento e evolução dos crimes de responsabilidade no Brasil.....	1284
e) Crimes de responsabilidade na Constituição de 1988	1284
f) Crimes de responsabilidade: processo e julgamento.....	1285
g) Imunidade presidencial: cláusula de irresponsabilidade penal relativa.....	1286
5.9.2. Crimes comuns do Presidente da República.....	1288
5.9.3. Competência para julgar crimes comuns e de responsabilidade	1289
5.10. <i>Impeachment</i> do Presidente da República.....	1291
a) Origem do <i>impeachment</i>	1292
b) Evolução do <i>impeachment</i> no Brasil	1292
c) Perfil do <i>impeachment</i> na Constituição de 1988.....	1293
d) Desenvolvimento do processo de <i>impeachment</i>	1296
e) Pena de inabilitação por oito anos.....	1297
f) <i>Impeachment</i> e condenação criminal	1299
g) Renúncia e extinção do <i>impeachment</i>	1299
5.11. Poder Executivo federal, estadual, distrital, municipal e territorial.....	1299
a) Governador e vice-governador: dupla vacância e possibilidade de eleição indireta pela Assembleia Legislativa.....	1301
5.12. Órgãos auxiliares do Presidente da República.....	1304
a) Ministros de Estado.....	1304
b) Conselho da República.....	1306
c) Conselho de Defesa Nacional.....	1306
6. Poder Judiciário.....	1307
6.1. Funções típicas e atípicas do Poder Judiciário.....	1307
6.2. Estatuto da Magistratura — reserva de lei complementar federal	1309
6.3. Princípios constitucionais-estatutários da magistratura.....	1310
6.4. Regra do quinto constitucional.....	1312
6.5. Garantias do Poder Judiciário	1313

a) Garantias institucionais da magistratura	1314
a.1) Autonomia orgânico-administrativa do Poder Judiciário.....	1314
a.1.1) O art. 102 da Lei Complementar n. 35/1979 foi recepcionado pela Carta de 1988?	1317
a.2) Autonomia administrativa, financeira e orçamentária do Poder Judiciário.....	1318
a.2.1) Princípio do autogoverno da magistratura	1319
b) Garantias funcionais da magistratura	1320
b.1) Garantias funcionais de liberdade	1320
b.1.1) Vitaliciedade.....	1321
b.1.2) Inamovibilidade.....	1321
b.1.3) Irredutibilidade de subsídio.....	1322
b.2) Garantias funcionais de imparcialidade.....	1322
6.6. Precatórios judiciais	1323
a) Obrigatoriedade da inclusão do precatório no orçamento dos entes públicos	1326
b) Débitos de natureza alimentícia.....	1326
c) Consignação ao Poder Judiciário de dotações e créditos	1328
d) Regra das obrigações definidas em leis como de pequeno valor	1328
e) Análise da Emenda Constitucional n. 62/2009	1329
e.1) Teor do art. 100 da Constituição Federal após o advento da EC n. 62/2009	1332
e.2) Ações diretas de inconstitucionalidade contra a EC n. 62/2009: entendimento do STF	1334
f) Emenda Constitucional n. 94/2016.....	1336
6.7. Órgãos do Poder Judiciário.....	1337
6.8. Supremo Tribunal Federal.....	1339
a) Supremo Tribunal Federal e a Suprema Corte dos Estados Unidos.....	1341
b) Supremo Tribunal Federal: Corte Constitucional do Brasil?	1343
c) Composição do Supremo Tribunal Federal	1343
d) Competências do Supremo Tribunal Federal.....	1345
d.1) Princípio da taxatividade constitucional das competências do STF	1345
d.1.1) Desmembramento do processo do “Mensalão” (AP 470/MG).....	1348
d.2) Competência originária do Supremo Tribunal Federal.....	1349
d.3) Competência recursal do Supremo Tribunal Federal.....	1355
d.3.1) Recurso ordinário constitucional.....	1355
d.3.2) Recurso extraordinário.....	1356
d.3.2.1) Repercussão geral das questões constitucionais.....	1358
d.3.2.1.1) Não cabe recurso no STF para solucionar equívocos na aplicação da repercussão geral.....	1360
d.3.2.2) Recurso extraordinário nas causas decididas em única ou última instância	1361
e) Súmula vinculante	1365
6.8.1. Conselho Nacional de Justiça	1384
a) Composição do Conselho Nacional de Justiça	1385
b) Competência do Conselho Nacional de Justiça.....	1387
c) Controle dos atos do Conselho Nacional de Justiça	1388
6.9. Superior Tribunal de Justiça.....	1389
a) Composição do Superior Tribunal de Justiça.....	1389
b) Competências do Superior Tribunal de Justiça	1390
b.1) Competência originária do Superior Tribunal de Justiça.....	1391
b.2) Competência recursal do Superior Tribunal de Justiça	1394
b.2.1) Recurso ordinário para o STJ.....	1394
b.2.2) Recurso especial	1395
b.2.2.1) Arguição de inconstitucionalidade em recurso especial.....	1398
b.2.2.2) Recurso especial e tutela de princípio geral de direito.....	1399
c) Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados.....	1399
d) Conselho da Justiça Federal	1399

6.10. Tribunais Regionais Federais e juízes federais	1400
a) Órgãos da Justiça Federal	1401
a.1) Tribunais Regionais Federais	1401
a.1.1) Composição dos Tribunais Regionais Federais.....	1401
a.1.2) Competências dos Tribunais Regionais Federais.....	1402
a.1.2.1) Competência originária dos Tribunais Regionais Federais	1403
a.1.2.2) Competência recursal dos Tribunais Regionais Federais	1404
a.2) Juízes federais	1404
a.2.1) Organização da Justiça Federal de primeiro grau.....	1404
a.2.2) Competência dos juízes federais	1404
a.2.3) Regras complementares de competência dos juízes federais	1408
6.11. Tribunais e juízes do trabalho	1410
a) Organização da Justiça do Trabalho	1410
a.1) Tribunal Superior do Trabalho	1410
a.2) Tribunais Regionais do Trabalho	1411
a.3) Juízes do trabalho.....	1413
b) Competência da Justiça do Trabalho	1413
b.1) Amplitude do art. 114 da Constituição Federal.....	1414
b.2) Desdobramento do art. 114 da Constituição Federal.....	1415
6.12. Tribunais e juízes eleitorais.....	1419
a) Órgãos da Justiça Eleitoral.....	1419
a.1) Tribunal Superior Eleitoral.....	1419
a.2) Tribunais Regionais Eleitorais.....	1420
a.3) Juízes e Juntas Eleitorais	1421
6.13. Tribunais e juízes militares.....	1422
a) Órgãos da Justiça Militar	1422
a.1) Superior Tribunal Militar	1422
a.2) Tribunais e juízes militares.....	1423
6.14. Tribunais e juízes dos Estados	1424
a) Princípios organizatórios da Justiça comum	1424
b) Usurpação de iniciativa reservada.....	1425
c) Competência dos Tribunais de Justiça.....	1425
d) Organização da Justiça Militar estadual.....	1426
6.15. Juizados especiais	1427
a) Fundamento constitucional dos juizados especiais	1428
b) Juizados cíveis e criminais.....	1429
c) Distinção entre juizados especiais e juizados de pequenas causas.....	1429
d) Procedimento sumariíssimo	1430
e) Juizados especiais no âmbito da Justiça Federal	1430
6.16. Juizados de paz	1430

Capítulo 22 — FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

1. Que são funções essenciais à Justiça?	1433
2. Ministério Público.....	1434
2.1. Origem do Ministério Público.....	1434
2.2. Surgimento do Ministério Público no Brasil	1435
2.3. Evolução do Ministério Público nas Constituições brasileiras.....	1435
2.4. Ministério Público na Constituição de 1988.....	1436
2.5. Posição institucional do Ministério Público	1438
2.6. Natureza administrativa das funções do Ministério Público	1439
2.7. Princípios institucionais do Ministério Público.....	1439
a) Unidade.....	1440
b) Indivisibilidade.....	1440
Independência funcional	1440

c.1) Autonomia funcional e administrativa do Ministério Público.....	1441
c.2) Autonomia orçamentária e financeira do Ministério Público	1442
2.8. Organização constitucional do Ministério Público.....	1443
a) Ministério Público da União: nomeação e destituição do Procurador-Geral da República..	1443
b) Ministérios Públicos dos Estados, Distrito Federal e Territórios: nomeação e destituição do Procurador-Geral de Justiça.....	1445
2.9. Ingresso na carreira do Ministério Público	1446
2.10. Garantias do Ministério Público	1448
a) Garantias institucionais do Ministério Público.....	1449
b) Garantias funcionais do Ministério Público	1449
b.1) Garantias funcionais de liberdade.....	1449
b.1.1) Vitaliciedade.....	1449
b.1.2) Inamovibilidade.....	1450
b.1.3) Irredutibilidade de subsídio.....	1451
b.2) Garantias funcionais de imparcialidade	1451
2.11. Funções institucionais do Ministério Público.....	1454
a) Funções ministeriais previstas na Constituição Federal.....	1454
a.1) Legitimidade do Ministério Público para propor ações civis	1456
a.2) O Ministério Público tem poder de investigação criminal?	1456
a.2.1) Posicionamento do Supremo Tribunal Federal	1458
b) Funções ministeriais previstas na Lei n. 8.625/93	1462
2.12. Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União	1463
a) Ministério Público junto aos Tribunais de Contas estaduais.....	1464
2.13. Conselho Nacional do Ministério Público	1464
a) Composição do Conselho Nacional do Ministério Público.....	1465
b) Competência do Conselho Nacional do Ministério Público.....	1466
3. Advocacia Pública.....	1466
3.1. Advocacia-Geral da União	1466
3.2. Procuradorias dos Estados e do Distrito Federal.....	1468
4. O profissional da advocacia	1469
+1. Mandamentos do advogado.....	1471
+2. Princípio constitucional da indispensabilidade do advogado	1471
+3. Inviolabilidade do advogado	1472
+4. Habilitação e exercício da advocacia.....	1474
+5. Livre ingresso em repartições públicas.....	1475
+6. Natureza jurídica dos honorários advocatícios.....	1475
+7. Inconstitucionalidade da atuação da OAB no lugar da Defensoria Pública	1475
5. Defensoria Pública.....	1476
5.1. Essencialidade da Defensoria Pública	1476
5.1.1. Perfil constitucional dos Defensores Públicos.....	1478
5.1.2. Emenda Constitucional n. 80, de 4 de junho de 2014.....	1478
a) <i>Locus</i> constitucional.....	1479
b) <i>Status</i> de permanência.....	1479
c) Princípios institucionais da Defensoria Pública.....	1479
d) A terminologia “aplicando-se no que couber”	1480
e) A “PEC das Comarcas” e o prazo de 8 anos.....	1480
5.2. Organização da Defensoria Pública: Lei Complementar n. 132, de 7-10-2009	1481
Capítulo 25 – DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS	
1. Equilíbrio e estabilidade na ordem constitucional.....	1483
1.1. Defesa do Estado.....	1483
1.2. Defesa das instituições democráticas	1483
2. Sistema constitucional de crises	1484
2.1. Medidas excepcionais das situações de crise: estados de defesa e de sítio.....	1484

2.1.1.	O estado de defesa (CF, art. 136, §§ 1º a 7º)	1486
a)	Pressupostos materiais e formais de decretação	1486
b)	Prisão no estado de defesa	1487
c)	O estado de defesa sujeita-se aos controles jurisdicional e político	1488
2.1.2.	O estado de sítio (CF, arts. 137 a 139)	1488
a)	Pressupostos materiais e formais de decretação	1489
b)	Tipos de estado de sítio	1489
c)	Efeitos da decretação do estado de sítio	1489
d)	O estado de sítio também se sujeita aos controles jurisdicional e político	1490
2.1.3.	Diferenças entre o estado de defesa e o estado de sítio	1490
2.1.4.	Disposições comuns aos estados de defesa e de sítio (CF, arts. 140 e 141)	1491
3.	Forças Armadas	1491
3.1.	Importância das Forças Armadas	1492
3.2.	Composição das Forças Armadas	1492
3.3.	Instituições nacionais, permanentes e regulares	1493
3.4.	Hierarquia e disciplina	1493
3.5.	Provisões constitucionais das Forças Armadas (CF, arts. 142 e 143)	1493
4.	Segurança pública	1496
4.1.	Órgãos da segurança pública (CF, art. 144, I a V)	1497
5.	Emenda Constitucional n. 60, de 11-11-2009	1499
Capítulo 24 -- SISTEMA CONSTITUCIONAL TRIBUTARIO		
1.	Bases constitucionais da tributação	1501
2.	Componentes do sistema constitucional tributário	1503
2.1.	Impostos (CF, arts. 145, I, e 153 a 156)	1504
2.1.1.	Impostos federais: competência da União	1505
2.1.2.	Impostos estaduais/distritais: competência dos Estados e do Distrito Federal	1507
2.1.3.	Impostos municipais: competência dos Municípios	1510
2.2.	Taxas (CF, art. 145, II)	1511
2.3.	Empréstimos compulsórios (CF, art. 148)	1513
2.4.	Contribuições especiais (arts. 145, III, e 149)	1514
3.	Prevenção de conflitos tributários	1517
3.1.	Lei complementar tributária	1517
3.1.1.	Normas gerais em matéria tributária	1518
4.	Limitações constitucionais ao poder de tributar	1521
4.1.	Imunidades	1521
4.2.	Vedação de privilégios odiosos	1524
4.3.	Princípios constitucionais tributários	1528
4.3.1.	Princípios constitucionais tributários expressos	1528
a)	Princípio da legalidade tributária (art. 150, I)	1529
b)	Princípio da igualdade tributária (art. 150, II)	1529
c)	Princípio da capacidade contributiva (art. 145, § 1º)	1530
d)	Princípio da irretroatividade da lei tributária (art. 150, III, a)	1530
e)	Princípio da anterioridade tributária (art. 150, III, b)	1531
f)	Princípio da carência tributária (art. 150, III, c)	1532
g)	Princípio da proibição de confisco (art. 150, IV)	1533
h)	Princípio da liberdade de tráfico (art. 150, V)	1533
4.3.2.	Princípios constitucionais tributários decorrentes	1534
a)	Princípio da universalidade (art. 153, § 2º, I)	1534
b)	Princípio da destinação pública dos tributos (art. 145)	1534
c)	Princípio da não surpresa (art. 5º, II, c/c o art. 150, I)	1534
4.3.3.	Princípios constitucionais tributários vedatórios	1536
a)	Princípio da uniformidade tributária (art. 151, I)	1536
b)	Princípio da limitação de rendas (art. 151, II)	1536

c) Princípio do poder de isenção (art. 151, III).....	1536
d) Princípio da não diferenciação tributária (art. 152).....	1536
4.3.4. Princípios constitucionais tributários específicos.....	1536
a) Princípio da progressividade (arts. 153, § 2º, I; 156, § 1º; 182, § 4º, II).....	1537
b) Princípio da não cumulatividade do imposto (arts. 153, IV, § 3º, II; 155, II, § 2º, I).....	1537
c) Princípio da seletividade do imposto (art. 153, IV, e § 3º, I).....	1538
5. Repartição das receitas tributárias.....	1538

Capítulo 25 — FINANÇAS PÚBLICAS E ORÇAMENTO

1. Colocação da matéria.....	1541
2. Finanças públicas.....	1541
2.1. Normas gerais sobre finanças públicas.....	1542
2.2. Banco Central.....	1543
3. Orçamento.....	1543
3.1. Orçamento público na Constituição de 1988.....	1544
3.2. Organização dos orçamentos públicos.....	1545
a) Receita pública.....	1545
b) Despesa pública.....	1545
3.3. Espécies de orçamento público e as leis de iniciativa do Executivo.....	1548
a) Lei complementar financeira.....	1548
b) Lei plurianual.....	1548
c) Lei de diretrizes orçamentárias.....	1549
d) Lei orçamentária anual.....	1549
3.4. Orçamento-programa.....	1550
a) Orçamento-programa na Constituição de 1988.....	1551
3.5. Princípios constitucionais orçamentários.....	1552
a) Princípio constitucional da universalidade orçamentária.....	1552
b) Princípio constitucional da unidade orçamentária.....	1553
c) Princípio constitucional da programação orçamentária.....	1553
d) Princípio constitucional da pureza orçamentária.....	1553
e) Princípio constitucional do equilíbrio orçamentário.....	1554
f) Princípio constitucional da legalidade orçamentária.....	1555
g) Princípio constitucional da anualidade orçamentária.....	1555
h) Princípio constitucional da plurianualidade das despesas de investimento.....	1556
i) Princípio constitucional da não afetação da receita.....	1556
j) Princípio constitucional da quantificação dos créditos orçamentários.....	1557
3.6. Elaboração das leis orçamentárias.....	1557
3.7. Apreciação das leis orçamentárias.....	1558
3.8. Apresentação de emendas ao projeto das leis orçamentárias.....	1559
3.9. Rejeição do projeto da lei orçamentária anual.....	1560
3.10. Emendas Constitucionais n. 86/2015 e n. 100/2019.....	1561

Capítulo 26 — ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

1. Significado e amplitude.....	1564
2. Constituição econômica.....	1564
3. Ordenamento econômico composto e interpretação da ordem econômica.....	1565
4. Princípios gerais da atividade econômica.....	1566
5. Normas constitucionais da atividade econômica.....	1569
5.1. Remessa de lucros (CF, art. 172).....	1569
5.2. Exploração direta de atividade econômica (CF, art. 173).....	1569
5.3. Intervenção do Estado no domínio econômico (CF, art. 174).....	1574
5.4. Exploração de serviços públicos (CF, art. 175).....	1575
5.5. Exploração dos recursos minerais e energia hidráulica (CF, art. 176).....	1576
5.6. Monopólios (CF, art. 177).....	1578
5.7. Ordenação de transportes (CF, art. 178).....	1580

5.8. Microempresas e empresas de pequeno porte (CF, art. 179).....	1581
5.9. Incentivo ao turismo (CF, art. 180)	1582
5.10. Requisição de documento ou informação comercial (CF, art. 181)	1582
6. Política urbana.....	1582
6.1. Normas constitucionais da política urbana.....	1582
a) Política de desenvolvimento urbano (CF, art. 182).....	1583
b) Usucapião pró-moradia (CF, art. 183)	1585
7. Política agrícola, fundiária e reforma agrária	1586
7.1. Política agrícola	1587
7.2. Política fundiária	1587
a) Alienação ou concessão de terras públicas (CF, art. 188, § 1º).....	1588
b) Distribuição de imóveis rurais (CF, art. 189)	1589
c) Aquisição ou arrendamento de propriedade rural (CF, art. 190).....	1589
d) Usucapião <i>pro labore</i> (CF, art. 191).....	1589
7.3. Reforma agrária	1590
a) Títulos da dívida agrária (CF, art. 184, <i>caput</i>)	1592
b) Indenização das benfeitorias úteis e necessárias (CF, art. 184, § 1º).....	1593
c) Decreto expropriatório (CF, art. 184, § 2º).....	1595
d) Procedimento contraditório especial (CF, art. 184, § 3º)	1596
e) Previsão orçamentária dos TDAs (CF, art. 184, § 4º).....	1596
f) Imunidade tributária (CF, art. 184, § 5º).....	1596
8. Sistema financeiro nacional	1597
8.1. Emenda Constitucional n. 40/2003 e o art. 192 da Constituição	1597
8.2. Irretroatividade da EC n. 40/2003.....	1598
8.3. Desconstitucionalização via EC n. 40/2003.....	1598
8.4. Revogação dos incisos, alíneas e parágrafos do art. 192	1599
8.5. Missão do Poder Judiciário em face da EC n. 40/2003	1599
8.6. Enquanto as leis complementares não forem editadas	1599
8.7. Limite da taxa de juros: perdura a discussão após a EC n. 40/2003?.....	1600
a) Limite da taxa de juros: polêmica que não precisava existir	1601
b) Limite da taxa de juros em face do estado permanente de mora legislativa	1603
c) Posições de vanguarda no Poder Judiciário.....	1604
8.8. Juros no Superior Tribunal de Justiça	1604
a) Cobrança de juros além do limite de 12% ao ano.....	1605
b) Cédulas de crédito rural, comercial e industrial.....	1605
c) Cobrança cumulada de juros remuneratórios e moratórios.....	1606
d) Cobrança de juros remuneratórios e comissão de permanência	1606
e) Cobrança da comissão de permanência pela taxa de mercado.....	1607
f) Substituição da taxa mensal de juros pela taxa Selic.....	1607
g) Uso da TR como índice de correção monetária.....	1607
h) Relações jurídicas nos contratos entre bancos e consumidores.....	1607

Capítulo 27 — ORDEM SOCIAL

1. Significado.....	1608
2. Seguridade social	1608
2.1. Objetivos da seguridade social	1609
2.2. Financiamento da seguridade social	1610
3. Saúde.....	1611
3.1. Diretrizes constitucionais das ações e serviços públicos de saúde	1613
3.2. Atribuição constitucional do Sistema Único de Saúde.....	1614
3.2.1. Agentes de saúde e agentes de combate às endemias na Emenda Constitucional n. 63/2010	1617
3.3. Remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas.....	1618
3.4. Direito à saúde e políticas públicas	1619
4. Previdência social.....	1619

4.1.	Organização da previdência social.....	1620
4.2.	Vedações constitucionais previdenciárias.....	1621
a)	Proibição de diferenciações (CF, art. 201, § 1º).....	1621
b)	Proibição de benefício inferior ao salário mínimo (CF, art. 201, § 2º).....	1622
c)	Proibição de desatualização das contribuições (CF, art. 201, § 3º).....	1622
d)	Proibição aos “segurados facultativos” (CF, art. 201, § 5º).....	1622
4.3.	Regras constitucionais para a aposentadoria.....	1623
4.4.	Previdência privada de caráter complementar.....	1625
5.	Assistência social.....	1626
5.1.	Perfil da assistência social na Carta de 1988.....	1627
5.2.	Ações governamentais.....	1627
6.	Educação, cultura e desporto.....	1628
6.1.	Educação.....	1629
6.1.1.	Educação como programa constitucional.....	1629
6.1.2.	Princípios constitucionais do ensino.....	1631
6.1.2.1.	Taxa de matrícula, gratuidade do ensino público e Súmula vinculante n. 12.....	1633
6.1.3.	Autonomia universitária.....	1634
6.1.4.	Garantias constitucionais da educação.....	1637
6.1.5.	Educação infantil: obrigação constitucional do Município (CF, art. 208, IV).....	1639
6.1.6.	Sistemas de ensino.....	1639
6.1.7.	Financiamento do ensino público.....	1640
6.1.8.	Destinação dos recursos públicos no setor educativo.....	1641
6.1.9.	Plano decenal de educação.....	1642
6.2.	Cultura.....	1643
6.2.1.	Direitos constitucionais culturais.....	1643
6.2.2.	Patrimônio cultural brasileiro.....	1644
6.2.3.	Sistema Nacional de Cultura: a EC n. 71, de 29-11-2012.....	1646
6.3.	Desporto.....	1647
6.3.1.	Justiça desportiva.....	1647
a)	Justiça desportiva.....	1647
b)	Princípio do esgotamento da instância administrativa de curso forçado.....	1648
c)	Não compete à Justiça desportiva processar e julgar questões trabalhistas.....	1648
d)	Membros do Poder Judiciário não podem exercer funções na Justiça desportiva.....	1649
e)	Súmula vinculante n. 2 e a proibição de funcionamento das casas de bingos.....	1649
f)	Estatuto de Defesa do Torcedor.....	1650
	Ciência e tecnologia.....	1650
8.	Comunicação social.....	1652
8.1.	Liberdade de comunicação social.....	1652
8.2.	Limitações constitucionais à liberdade de comunicação social.....	1653
8.3.	Princípios constitucionais dos meios de comunicação.....	1655
8.4.	Propriedade de empresa jornalística, de radiodifusão sonora e de sons e imagens.....	1656
8.5.	Renovação dos serviços de radiodifusão sonora, de sons e imagens.....	1656
8.6.	Comunicação social e direito de antena.....	1657
	Meio ambiente.....	1658
9.1.	Meio ambiente ecologicamente equilibrado.....	1660
9.2.	Encargos do Poder Público na preservação ambiental.....	1661
9.3.	Normas assecuratórias do bem ambiental.....	1664
10.	A família, a criança, o adolescente, o jovem e o idoso.....	1666
10.1.	Família como base da sociedade.....	1666
10.1.1.	Regras constitucionais das relações familiares.....	1669
10.1.2.	Regras constitucionais do casamento.....	1670
10.1.3.	Emenda Constitucional do divórcio.....	1671
10.1.4.	União entre pessoas do mesmo sexo: posição do STF.....	1675
10.1.5.	Realização, pelo SUS, de cirurgias de transgenitalização.....	1676
10.1.6.	Transgêneros: possibilidade de alteração de registro civil sem mudança de sexo.....	1677

10.2. Proteção constitucional às crianças, aos adolescentes e aos jovens	1677
10.3. Amparo constitucional aos idosos	1680
10.3.1. Estatuto do Idoso: implementação do programa constitucional	1681
a) Objetivo do Estatuto do Idoso (art. 1º)	1681
b) Extensão de direitos (art. 2º).....	1681
c) Princípio da solidariedade (art. 3º).....	1681
d) Garantia de prioridade no atendimento (art. 3º, parágrafo único).....	1682
e) Direito ao envelhecimento saudável (arts. 8º a 10).....	1682
f) Direito ao sustento (arts. 11 a 14).....	1682
g) Direito à saúde (arts. 15 a 19).....	1682
h) Gratuidade do transporte público (arts. 39 a 42)	1683
i) Fiscalização do atendimento aos idosos (arts. 48 a 50)	1684
j) Obrigações das entidades de atendimento (art. 50).....	1685
k) Prioridade na tramitação de procedimentos judiciais (art. 71).....	1686
11. Índios	1686
11.1. Tutela constitucional do indigenato	1686
11.2. Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.....	1687
11.3. Usufruto exclusivo	1688
11.4. Mineração em terras indígenas.....	1688
11.5. Princípio da irremovibilidade dos índios	1689
11.6. Ocupação, domínio e posse das terras indígenas	1689
11.7. Demarcação das terras indígenas.....	1689
11.7.1. Demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol.....	1691
11.8. Defesa dos direitos e interesses dos índios	1696
11.9. Competência do STF e das Justiças Federal e Civil nas questões indígenas	1696
Capítulo 28 — DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS GERAIS	
1. Significado.....	1698
2. Conteúdo das disposições constitucionais gerais	1699
3. Vedações à União (art. 234).....	1699
4. Criação de Estado (art. 235, I a XI).....	1699
5. Serviços notariais e de registro (art. 236, §§ 1º a 3º).....	1701
6. Fiscalização e controle sobre comércio exterior (art. 237).....	1704
7. Venda e revenda de combustíveis (art. 238)	1704
8. Arrecadação do PIS/PASEP (art. 239)	1704
9. Ressalva às contribuições compulsórias (art. 240)	1705
10. Disciplina legal dos consórcios e convênios de cooperação (art. 241)	1706
11. Exceção ao princípio da gratuidade do ensino público (art. 242)	1706
12. Expropriação de glebas pelo cultivo de plantas psicotrópicas (art. 243)	1706
13. Acesso adequado aos portadores de deficiência (art. 244).....	1707
14. Assistência aos herdeiros e dependentes de vítimas de crime doloso (art. 245).....	1708
15. Proibição a medidas provisórias (art. 246).....	1708
16. Previsão legal de critérios para perda de cargos públicos (art. 247)	1709
17. Observância ao teto remuneratório (art. 248)	1709
18. Fundos de contribuições, bens, direitos e ativos (arts. 249 e 250)	1709
Capítulo 29 — DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS	
1. Significado.....	1711
2. Natureza jurídica	1711
3. <i>Locus</i> das disposições constitucionais transitórias	1712
4. Objetivo das disposições constitucionais transitórias.....	1713
5. Disposições transitórias e princípio da recepção	1713
6. Disposições transitórias e emendas constitucionais.....	1714
Bibliografia.....	171
Índice remissivo.....	1749